

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

Edital 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	927045-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ	NAIARA BETANIA VASQUES VIANA	22/05/2026 11:41 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		014427/2025

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

927045

OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de consumo (copos descartáveis biodegradáveis, materiais de expediente, escritório e correlatos), conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, destinados ao suporte das atividades administrativas e operacionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 198.592,22 (cento e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **09/06/2026** às **09h** (horário de Brasília)

Prazo para pedidos de esclarecimento e impugnações é 01/06/2026.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail protocolo@tce.ap.gov.br c/c cpl@tce.ap.gov.br .

Critério de Julgamento:

Menor preço por item

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026.

(Processo Administrativo nº014.427/2025)

Torna-se público que o(a) Tribunal de contas do Estado do Amapá, por meio do(a) Coordenação de Compras e Contratos, sediado Avenida FAB, nº 900, Centro - Macapá/AP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- Lei 14.133/2021;
- Decreto Estadual 1716/2023 – Regulamento Registro de Preço;
- Resolução Executiva TCE/AP, nº 106/2023 – Dispõe sobre os Procedimentos nas contratações - (disponível em www.tce.ap.gov.br – Normas Internas);
- Lei Complementar Federal 123/06(ME/EPP);
- Lei Complementar Estadual 108/2018(ME/EPP/MEI);

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, compreendendo copos descartáveis biodegradáveis, materiais de expediente, escritório e correlatos, destinados ao suporte das atividades administrativas e operacionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá — TCE/AP, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência nº 015/2026-DPLANC/TCE/AP [MOV. 32. TERMO DE REFERÊNCIA - DPCC - 32/2026], Anexo I deste Edital.

1.2. A licitação será realizada com julgamento por item, compreendendo 84 (oitenta e quatro) itens independentes, sendo 80 (oitenta) materiais de expediente e escritório classificados no Catálogo de Materiais — CATMAT, e 4 (quatro) itens de materiais personalizados com impressão do logo institucional do TCE/AP, classificados conforme a natureza predominante do fornecimento, todos discriminados no Anexo I deste Edital.

1.3. O critério de julgamento por item foi adotado em razão da natureza divisível do objeto e da diversidade de fornecedores existentes no mercado para os itens individualmente considerados, medida que amplia a competitividade, favorece a participação de empresas especializadas e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O objeto desta licitação caracteriza-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, o que autoriza a adoção da modalidade pregão eletrônico.

1.5. A contratação será formalizada mediante Ata de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e do Decreto Estadual nº 1.716/2023, cujas condições de gerenciamento, adesão e vigência encontram-se disciplinadas na Minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital, e na Seção 2 deste instrumento convocatório.

1.6. O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao gerenciamento da Ata de Registro de Preços, à participação de órgãos e entidades, às condições de adesão por não participantes, à alteração e atualização dos preços registrados, ao cancelamento do registro e às demais disposições operacionais do Sistema de Registro de Preços encontram-se estabelecidas na Minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital.

2.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se no art. 3º, incisos I e III, do Decreto Estadual nº 1.716 /2023, tendo em vista a conveniência de aquisições parceladas em função de necessidades administrativas frequentes e impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado pela Administração, e a natureza do objeto, que torna a contratação eventual adequada à sistemática do registro de preços, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

2.3. É o TCE/AP o único órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços, exercendo suas atribuições por intermédio da Coordenadoria de Compras e Contratos.

2.4. Não há órgãos ou entidades públicas participantes no presente registro de preços.

2.5. A existência de preços registrados não obriga o TCE/AP a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovada a manutenção de preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

2.7. O preço registrado, as especificações do objeto, os quantitativos, os fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP e ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.8. Durante a vigência da Ata, os órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento licitatório poderão aderir à Ata de Registro de Preços, na condição de não participantes, observados os requisitos, limites e condições estabelecidos na Minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital, e no Decreto Estadual nº 1.716/2023.

2.8.1. A adesão fica condicionada à comprovação de vantajosidade mediante pesquisa de preços atualizada.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tendo em vista que o valor estimado de nenhum dos 84 (oitenta e quatro) itens supera o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido na legislação, conforme demonstrado no Termo de Referência nº 015/2026-DPLANC/TCE/AP [MOV. 32. TERMO DE REFERÊNCIA - DPCC - 32/2026].*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual — MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.13. pessoas físicas.

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso, sendo o valor total estimado de R\$ 198.592,22 (cento e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos), conforme Relatório de Pesquisa de Preços [MOV. 35. RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO - DPCC - 23/2026] e Mapa Comparativo de Preços [MOV. 34. MAPA DE PREÇO - DPCC - 19/2026], acostados aos autos do Processo Eletrônico nº TC /014427/2025-TCE/AP.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrite como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. O disposto no item 5.7.6 não afasta a aplicação do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, que assegura às sociedades cooperativas, na presente licitação, o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, por se tratar de aquisição de bens comuns sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

5.7.8. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.9. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.10. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.11. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.12. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item, expresso em reais, com até duas casas decimais;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante, quando aplicável à natureza do item ofertado;

6.1.4. descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo, conforme o caso, modelo, procedência e quaisquer outras informações necessárias à verificação da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência nº 015/2026-DPLANC/TCE/AP.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento) do valor do último lance registrado.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23.4 Em certame com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, considera-se empatada com a proposta de menor valor aquela que não a supere em mais de 5% (cinco por cento), nos termos do art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, aplicando-se os procedimentos dos itens 7.23.1 e seguintes para definição do vencedor.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. *empresas estabelecidas no território do Estado do Amapá, tendo em vista que o TCE/AP é órgão da Administração Pública estadual licitante, nos termos do art. 60, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, admitindo-se o envio em formato digital por meio do sistema eletrônico, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte classificada em primeiro lugar, ser-lhe-á assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.20.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o TCE/AP para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) encaminhá-lo por meio do endereço eletrônico institucional gestaodecontratos@tce.ap.gov.br, para assinatura digital com certificado válido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira — ICP-Brasil, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento do e-mail, nos termos da Resolução Executiva nº 108/2023—TCE /AP; ou c) outro meio eletrônico institucional, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito ao registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada do licitante mais bem classificado, apresentada dentro do prazo, e aceita pela Administração.

11.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital com certificado válido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira — ICP-Brasil, mediante envio ao endereço eletrônico institucional gestaodecontratos@tce.ap.gov.br, nos termos da Resolução Executiva nº 108/2023—TCE/AP, e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência nº 015/2026-DPLANC/TCE/AP [MOV. 32. TERMO DE REFERÊNCIA - DPCC - 32/2026], com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, os preços registrados e as demais condições.

11.5. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovada a manutenção de preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6.1. Por ocasião da prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado para novo ciclo anual, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos estabelecidos na Minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo II deste Edital, condicionada à demonstração de vantajosidade, à manutenção das condições de mercado, à existência de dotação orçamentária, à anuência do fornecedor e à formalização por termo aditivo, vedada a acumulação de quantitativos entre períodos.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os documentos obrigatórios do certame, incluindo este Edital e demais artefatos de planejamento, encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP (www.pncp.gov.br) e no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (www.tce.ap.gov.br), para consulta por qualquer interessado.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado do item ou lote ao qual se refere a conduta.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor estimado do item ou lote ao qual se refere a conduta.

14.4.3. As sanções previstas nesta Seção aplicam-se exclusivamente às infrações cometidas durante a fase licitatória. As infrações ocorridas durante a execução contratual sujeitam-se às sanções previstas no Termo de Referência nº 015/2026-DPLANC/TCE/AP e no instrumento contratual, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o adjudicatário às penalidades previstas nesta Seção.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante envio ao endereço protocolo@tce.ap.gov.br, com cópia para cpl@tce.ap.gov.br, identificando no assunto do e-mail o número do Pregão Eletrônico e o objeto do certame.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.7. Em caso de divergência entre as informações constantes deste Edital e as publicadas no Portal de Compras do Governo Federal — Compras.gov.br, prevalecerão as disposições deste Edital, que é o instrumento convocatório oficial desta licitação.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP (www.pncp.gov.br) e no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (www.tce.ap.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Modelo da Proposta;

16.11.2. Anexo II – Termo de Referência

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Macapá, 20 maio de 2026.

JULIANO DE ANDRADE ARAÚJO

Agente de Contratação / Pregoeiro

Portaria nº 102/2026-TCE/AP

Minuta elaborada por:
Naiara Betania Vasques Viana

Revisada por:
Simone Aparecida Zanatta

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 11:41:53.



**Tribunal de Contas
do Estado do Amapá**

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____, estabelecida no (a) (Rua, AV., Bairro, CEP, Telefone: _____, E-mail _____, para serviços abaixo relacionados, conforme estabelecido no Pregão nº XX/2026-TCE/AP, para fornecimento dos seguintes:

Obrigatório informar e-mail para comunicação pelas partes.

INSTRUÇÕES:

A proposta escrita deverá conter os valores para os itens abaixo relacionados, com base na metodologia de pesquisa de preços constante do Termo de Referência (Anexo II do Edital).

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	Papel A4 sulfite: papel offset branco, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 75 g/m ² , alta alvura, resma com 500 folhas, em		847	R\$ 31,20	R\$ 26.422,14

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	embalagem resistente à umidade, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.				
2	Papel A4 marfim pérola: papel especial, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 120 g/m ² , cor marfim (tom creme claro) com efeito perolado, superfície lisa, não revestida. Indicado para documentos institucionais e materiais que exijam apresentação diferenciada. Compatível com impressoras jato de tinta e laser. Fornecido em pacotes com 30 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, cor, quantidade e lote.		20	R\$ 36,63	R\$ 732,60
3	Papel A3 sulfite: papel offset branco, formato A3 (297 x 420 mm), gramatura 75 g/m ² , resma com 500 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.		15	R\$ 61,49	R\$ 922,35
4	Papel A3 90 g/m²: papel sulfite alcalino, formato A3 (297 x 420 mm), gramatura 90 g/m ² , cor branca, alta alvura, superfície lisa, adequado para impressão em equipamentos jato de tinta e laser. Fornecido em resmas com 500 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.		05	R\$ 61,46	R\$ 307,30

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

5	Papel A3 brilhante: papel tipo couchê, formato A3 (297 x 420 mm), gramatura 180 g/m ² , acabamento brilhante (glossy), alta resolução para impressão, excelente reprodução de cores e definição de imagens. Indicado para impressoras jato de tinta ou laser compatíveis. Superfície lisa, secagem rápida e resistência ao manuseio. Fornecido em pacotes com 50 folhas, em embalagem resistente à umidade, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.		15	R\$ 64,50	R\$ 967,50
6	Papel couchê A4 170 g/m²: papel tipo couchê, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 170 g/m ² , acabamento brilhante (glossy), superfície lisa e revestida, alta qualidade de impressão com excelente reprodução de cores. Indicado para materiais gráficos institucionais (folders, cartazes, capas e apresentações). Compatível com impressoras a laser ou jato de tinta. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.		20	R\$ 33,08	R\$ 661,50
7	Papel couchê A4 120 g/m²: papel tipo couchê, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 120 g/m ² , acabamento brilhante (glossy), superfície lisa e revestida, alta qualidade de impressão. Indicado		20	R\$ 33,31	R\$ 666,20

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	para folders, cartazes e materiais gráficos de menor espessura em relação ao item 6. Compatível com impressoras a laser ou jato de tinta. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.				
8	Papel fotográfico adesivo brilhante: papel fotográfico autoadesivo, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 135 g/m ² , acabamento brilhante (glossy), alta resolução para impressão de imagens e cores vivas. Camada adesiva no verso protegida por liner destacável. Compatível com impressoras jato de tinta ou laser. Fornecido em pacotes com 20 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.		30	R\$ 23,22	R\$ 696,45
9	Papel fotográfico adesivo fosco: papel fotográfico autoadesivo, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 135 g/m ² , acabamento fosco (matte), alta qualidade de impressão com baixa reflexão de luz. Camada adesiva no verso protegida por liner removível. Compatível com impressoras jato de tinta ou laser. Fornecido em pacotes com 100 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.		20	R\$ 41,37	R\$ 827,40

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

10	Papel A4 perolado: papel especial tipo perolado, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m ² , cor branca, acabamento superficial levemente cintilante (efeito perolado). Indicado para certificados, convites e materiais institucionais. Fornecido em pacotes com 30 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.		20	R\$ 38,48	R\$ 769,50
11	Papel texturizado tipo linho: papel especial, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m ² , cor branca, textura superficial que simula tecido de linho. Indicado para certificados, diplomas e materiais institucionais. Compatível com impressoras a laser ou jato de tinta. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.		20	R\$ 27,59	R\$ 548,70
12	Papel casca de ovo: papel especial, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m ² , cor branca, textura superficial levemente granulada. Indicado para certificados, diplomas e materiais institucionais. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.		20	R\$ 27,44	R\$ 548,70
13	Papel opaline: papel tipo opaline, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m ² , cor branca, superfície lisa fosca, sem		20	R\$ 32,17	R\$ 643,30

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	revestimento, alcalino/pH neutro (para não amarelar), com elevada rigidez e excelente opacidade. Indicado para certificados, diplomas, cartões de visita e convites. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.				
14	Papel para certificado: papel especial, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura mínima de 180 g/m ² , cor marfim ou off-white, com textura tipo linho, proporcionando acabamento sofisticado para documentos oficiais. Compatível com impressoras a laser ou jato de tinta. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.		30	R\$ 29,78	R\$ 893,40
15	Papel kraft A4: papel kraft pardo, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 80 g/m ² , cor parda/natural, não branqueado, boa resistência mecânica. Compatível com impressoras jato de tinta e laser. Fornecido em pacotes com 100 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.		20	R\$ 47,12	R\$ 942,30
16	Papel kraft madeira A4: papel especial artesanal, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m ² , cor parda/natural com aspecto de madeira, produzido a partir de fibras de celulose não branqueadas.		05	R\$ 17,14	R\$ 85,68

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	Indicado para artesanato e materiais institucionais personalizados. Produto distinto do item 39 pela gramatura e acabamento. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.				
17	Adesivo transparente (folha A4): filme autoadesivo transparente, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura aproximada de 150 g/m ² , com alta transparência e boa aderência. Indicado para proteção, revestimento e acabamento de materiais impressos. Fornecido em pacotes com 10 folhas, contendo identificação do fabricante, dimensões e lote.		15	R\$ 37,65	R\$ 564,75
18	Envelope tipo carta: papel offset branco, dimensões 114 x 229 mm (padrão carta/comercial), gramatura 80 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Indicado para correspondências e comunicações institucionais. Fornecido em pacotes contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.		20	R\$ 16,49	R\$ 329,70
19	Envelope branco 162 x 229 mm: papel offset branco, dimensões 162 x 229 mm, gramatura 80 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Fornecido em pacotes contendo		20	R\$ 48,09	R\$ 961,80

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.				
20	Envelope branco médio: papel offset branco, dimensões aproximadas de 246 x 186 mm, gramatura mínima de 75 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Indicado para acondicionamento de documentos em formato A5 ou similar. Produto distinto do item 49 pelas dimensões. Fornecido em pacotes com 25 unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.		15	R\$ 17,51	R\$ 262,65
21	Envelope A4: papel offset branco ou kraft pardo, dimensões 229 x 324 mm (compatível com documentos A4 sem dobra), gramatura mínima de 80 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Fornecido em pacotes contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.		300	R\$ 40,50	R\$ 12.150,00
22	Envelope kraft: papel kraft pardo, dimensões 260 x 360 mm, gramatura 80 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Indicado para documentos e correspondências que demandem maior resistência ao manuseio. Fornecido em pacotes		15	R\$ 32,70	R\$ 490,43

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	com 25 unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.				
23	Envelope ofício saco: papel offset branco, dimensões 260 x 360 mm (compatível com documentos A4 sem dobra), gramatura 90 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Indicado para documentos oficiais e processos administrativos. Fornecido em pacotes contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, 15quantidade e lote.		15	R\$ 33,62	R\$ 504,30
24	Envelope com janela: papel offset branco, dimensões 114 x 229 mm, gramatura 75 g/m ² , com janela transparente em filme plástico posicionada na face frontal (a 20 mm da borda esquerda e 15 mm da borda inferior, dimensões aprox. 90 x 30 mm). Aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Fornecido em pacotes com 25 unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.		15	R\$ 9,18	R\$ 137,70
25	Caneta esferográfica azul: ponta média 1,0 mm com esfera de tungstênio, corpo hexagonal transparente em poliestireno, ponteira em latão, furo lateral, tampa e plug azuis, tampa ventilada conforme padrão ISO 11540. Embalagem com 50 unidades.		161	R\$ 40,05	R\$ 6.447,25

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

26	Caneta esferográfica preta: ponta média 1,0 mm com esfera de tungstênio, corpo hexagonal transparente em poliestireno, ponteira em latão, furo lateral, tampa e plug pretos, tampa ventilada conforme padrão ISO 11540. Embalagem com 50 unidades.		20	R\$ 41,63	R\$ 832,50
27	Caneta esferográfica vermelha: ponta média 1,0 mm com esfera de tungstênio, corpo hexagonal transparente em poliestireno, ponteira em latão, furo lateral, tampa e plug vermelhos, tampa ventilada conforme padrão ISO 11540. Embalagem com 50 unidades.		15	R\$ 39,35	R\$ 590,18
28	Lápis preto nº 02: graduação HB, corpo sextavado em madeira de reflorestamento (100% certificada), sem borracha. Fornecido em caixa com 144 unidades, contendo identificação do fabricante, graduação, quantidade e lote.		10	R\$ 71,05	R\$ 710,45
29	Borracha branca: retangular, fórmula isenta de PVC, atóxica, com capa protetora.		200	R\$ 0,58	R\$ 115,00
30	Corretivo líquido 18ml: à base de água, atóxico, frasco com 18ml.		24	R\$ 2,38	R\$ 57,00

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

31	Cola líquida 90g: branca, atóxica, lavável, à base de água, frasco com 90g.		200	R\$ 2,89	R\$ 577,00
32	Adesivo instantâneo à base de cianoacrilato (supercola): adequado para vários materiais, resistente à água, frasco com 20g.		30	R\$ 9,40	R\$ 281,85
33	Pincel marcador de texto: ponta chanfrada de feltro 4mm, cores variadas fluorescentes, tinta à base de água, lavável. Validade mínima de 12 meses. Embalagem com 12 unidades.		55	R\$ 26,29	R\$ 1.445,68
34	Pincel permanente: ponta chanfrada indeformável, cores azul e preta (fornecer em quantidades iguais por cor), tinta à base de álcool, uso em papel, cartolina e papelão. Validade mínima de 12 meses.		203	R\$ 3,61	R\$ 731,82
35	Pincel para quadro branco (dry erase): ponta redonda de 3mm, cor preta, tinta à base de álcool de fácil remoção sem deixar resíduos na superfície.		54	R\$ 4,54	R\$ 245,16
36	Apagador para quadro branco: corpo em material plástico resistente, base revestida em feltro ou espuma especial para		17	R\$ 7,83	R\$ 133,11

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	remoção de tinta dry erase sem danificar a superfície. Comprimento aproximado de 13 a 15 cm. Produto reutilizável.				
37	Caneta marcadora fina para preenchimento de crachá: marcador de ponta fina (0,5 mm a 1 mm), tinta permanente à base de álcool, adequada para escrita legível em superfícies plastificadas. Fornecida em unidades, contendo identificação do fabricante, cor e lote.		40	R\$ 6,55	R\$ 262,00
38	Clip p/ papel n.º 2/0: em aço niquelado, caixa com 100 unidades.		100	R\$ 3,66	R\$ 365,50
39	Clip p/ papel n.º 4/0: em aço niquelado, caixa com 100 unidades.		150	R\$ 5,38	R\$ 806,25
40	Clip p/ papel n.º 6/0: em aço niquelado, caixa com 100 unidades.		50	R\$ 7,64	R\$ 381,75
41	Grampo cobreado p/ grampeador: tamanho 26/6, em aço cobreado. Caixa com 1.000 unidades.		166	R\$ 3,92	R\$ 650,72
42	Grampeador de mesa: compatível com grampos 24/6 e 26/6, capacidade para até 25 folhas, estrutura metálica, comprimento aproximado de 20 cm.		148	R\$ 53,61	R\$ 7.934,28

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

43	Tachinha percevejo: latonado dourado, 11 x 10 mm. Embalagem com 100 peças.		30	R\$ 5,71	R\$ 171,30
44	Molha dedo: pasta para manuseio de papéis, não gordurosa, atóxica, frasco com 12g.		12	R\$ 4,21	R\$ 50,52
45	Pasta L: formato A4, polipropileno transparente, espessura mínima de 0,15 mm, largura 220 mm, altura 310 mm, cores diversas.		700	R\$ 0,95	R\$ 661,50
46	Pasta aba elástica: polipropileno, tipo com abas e elástico, tamanho ofício, sem lombo, largura 232 mm, altura 332 mm, cores diversas.		432	R\$ 2,95	R\$ 1.272,24
47	Pasta AZ lombo largo: pasta arquivo tipo registradora (alavanca), lombo largo (75 mm), formato ofício, cor azul, bordas em inox.		50	R\$ 24,90	R\$ 1.245,00
48	Livro protocolo de correspondência: capa dura, folhas numeradas, 104 folhas, formato aproximado 154 x 216 mm.		20	R\$ 18,34	R\$ 366,70
49	Livro Ata 100 folhas: capa dura, sem margem, costurado, tamanho aproximado 210 x 300 mm, folhas numeradas.		40	R\$ 20,88	R\$ 835,00

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

50	Fita adesiva transparente: largura 48mm x 100m, filme de polipropileno biorientado (BOPP) com adesivo acrílico, resistência ao alongamento 190%, resistência à temperatura 80°C, resistência à tração 90N/25mm.		376	R\$ 7,47	R\$ 2.808,72
51	Fita adesiva opaca: cor marrom, largura 48mm x 100m, filme de polipropileno biorientado tratado (BOPP), alta adesividade para empacotamento.		100	R\$ 7,91	R\$ 791,00
52	Fita dupla face: fita de alta adesão, tipo espuma acrílica, 19mm x 20m, cor transparente.		40	R\$ 79,07	R\$ 3.162,60
53	Fita dupla face extra forte: fita adesiva dupla face de alta resistência (suporta até 5 kg), largura 24mm x comprimento 2m por rolo. Indicada para fixação de materiais em eventos e montagens institucionais. Fornecida em rolos, contendo identificação do fabricante, dimensões e lote.		10	R\$ 29,76	R\$ 294,55
54	Fita crepe: papel crepado com adesivo à base de borracha e resinas, boa aderência e fácil remoção sem deixar resíduos. Largura 48mm, comprimento mínimo 50m por rolo. Cor bege ou branca.		40	R\$ 12,75	R\$ 509,80

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	Indicada para uso geral em escritório, fixação temporária e mascaramento em pintura.				
55	Fita de cetim azul 7mm: poliéster, cor azul, largura 7mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.		08	R\$ 26,05	R\$ 208,40
56	Fita de cetim rosa 7mm: poliéster, cor rosa, largura 7mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.		08	R\$ 27,61	R\$ 220,84
57	Fita de cetim amarela 7mm: poliéster, cor amarela, largura 7mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.		08	R\$ 24,91	R\$ 199,24
58	Fita de cetim branca 7mm: poliéster, cor branca, largura 7mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.		08	R\$ 24,12	R\$ 192,96
59	Fita de cetim azul 22mm: poliéster, cor azul, largura 22mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.		10	R\$ 30,88	R\$ 308,80

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

60	Fita de cetim rosa 22mm: poliéster, cor rosa, largura 22mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.		10	R\$ 30,65	R\$ 306,45
61	Fita de cetim azul 38mm: poliéster, cor azul, largura 38mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 50m por rolo.		10	R\$ 42,99	R\$ 429,85
62	Fita de cetim rosa 38mm: poliéster, cor rosa, largura 38mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 50m por rolo.		10	R\$ 39,25	R\$ 392,50
63	Tecido tipo linho, cor azul royal: fibras naturais (linho) ou mistas, trama resistente, textura levemente rústica, gramatura mínima de 180 g/m ² . Largura padrão 1,40 m. Fornecido em metros lineares, com identificação do fabricante, composição, gramatura, metragem e lote.		10	R\$ 79,77	R\$ 797,70
64	Tecido tipo linho, cor preta: fibras naturais (linho) ou mistas, trama resistente, textura levemente rústica, gramatura mínima de 180 g/m ² . Largura padrão 1,40 m.		10	R\$ 76,36	R\$ 763,60

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

65	Tecido tipo linho, cor branca: fibras naturais (linho) ou mistas, trama resistente, textura levemente rústica, gramatura mínima de 180 g/m ² . Largura padrão 1,40 m.		10	R\$ 76,36	R\$ 736,60
66	Caixa para presente: papel cartão ou papelão rígido com gramatura mínima de 300 g/m ² , acabamento laminado brilhante, modelo com tampa separada, dimensões padrão médio: 20 cm (comprimento) x 15 cm (largura) x 8 cm (altura). Bordas bem definidas e montagem firme. Fornecida em unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões, material.		1.000	R\$ 8,96	R\$ 8.960,00
67	Pistola aplicadora de cola quente: corpo em plástico resistente com isolamento térmico, bico metálico de precisão, gatilho anatômico e suporte de apoio. Alimentação bivolt (127/220V), potência 40W. Compatível exclusivamente com bastões de 11mm (grosso). Acompanha cabo elétrico.		02	R\$ 37,25	R\$ 74,49
68	Bastão de cola quente: adesivo termoplástico, diâmetro 11mm (grosso), cor translúcida, não tóxico após solidificação. Boa aderência e secagem rápida para colagem de papel, madeira,		02	R\$ 44,62	R\$ 89,24

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	tecido, plástico e materiais diversos. Fornecido em pacotes de 1kg, contendo identificação do fabricante, dimensões e lote.				
69	Bloco autoadesivo tipo Post-it 38 x 50mm: papel autoadesivo reposicionável, adesivo de baixa aderência permitindo fixação temporária e remoção sem danificar superfícies. Embalagem com 4 blocos de 50 folhas cada. Cores variadas neon. Contendo identificação do fabricante, dimensões, quantidade e lote.		260	R\$ 11,79	R\$ 3.065,40
70	Bloco autoadesivo tipo Post-it 76 x 75mm: papel autoadesivo reposicionável, adesivo de baixa aderência. Mínimo de 90 folhas por bloco. Cores variadas. Contendo identificação do fabricante, dimensões, quantidade e lote.		350	R\$ 15,74	R\$ 5.509,00
71	Etiqueta adesiva para crachá 100 x 40mm: autoadesiva, em papel ou poliéster, com boa aderência. Superfície adequada para impressão em jato de tinta ou laser e para escrita manual. Fornecida em rolo com etiquetas destacáveis, contendo identificação do fabricante, dimensões, quantidade e lote.		20	R\$ 41,18	R\$ 823,60
72	Régua: poliestireno cristal (transparente), comprimento 30cm, espessura mínima de 2mm, graduada em centímetros e milímetros.		300	R\$ 2,56	R\$ 768,00

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

73	Tesoura média: comprimento 21cm, lâminas em aço inoxidável, cabo anatômico em polipropileno.		130	R\$ 12,33	R\$ 1.602,90
74	Estilete grande: lâmina 18mm, trava de segurança e cabo em plástico resistente, lâmina substituível.		215	R\$ 9,55	R\$ 2.053,25
75	Papel para flip chart: bloco de papel sulfite ou offset, gramatura mínima de 75 g/m ² , dimensões aproximadas de 64 x 88cm, com microserilha ou furos na parte superior para encaixe em suporte. Mínimo de 50 folhas por bloco.		50	R\$ 47,99	R\$ 2.399,25
76	Pilha alcalina AA: tamanho pequena (AA), tensão nominal 1,5V, não recarregável. Embalagem com cartela de 4 unidades.		116	R\$ 11,57	R\$ 1.342,12
77	Pilha alcalina AAA: tamanho palito (AAA), tensão nominal 1,5V, não recarregável. Embalagem com cartela de 4 unidades.		216	R\$ 12,58	R\$ 2.717,28
78	Copo descartável biodegradável: capacidade 180ml, material biodegradável conforme normas ambientais vigentes. Fornecido em pacotes com 100 unidades, caixa com 25 pacotes.		102	R\$ 147,52	R\$ 15.047,04
79	Copo descartável para café: capacidade 50ml, poliestireno (PS), cor branca, atóxico, resistente a líquidos quentes, borda reforçada.		02	R\$ 142,71	R\$ 285,42

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	Fabricado conforme normas sanitárias ANVISA. Fornecido em caixas com 5.000 unidades (50 pacotes de 100 unidades cada).				
80	Limpa telas: solução para higienização de monitores, televisores, notebooks, tablets e smartphones. Não abrasivo, isento de álcool etílico agressivo, amônia e substâncias corrosivas, não inflamável, secagem rápida. Frasco spray com 120ml, acompanha flanela de microfibra. Seguro para telas LCD, LED e OLED. Embalagem contendo identificação do fabricante, composição, instruções de uso, validade e lote.		18	R\$ 16,70	R\$ 300,51
81	Pasta para evento/capacitação com impressão do logo TCE/AP: pasta em papel kraft ou cartão resistente, frente e verso lisos, dimensões aproximadas de 320 x 243 mm (formato compatível com papel A4), com impressão policromia do logo institucional do TCE/AP na face frontal. Modelo convenção sem lombo, com elástico ou aba de fechamento. Acabamento resistente ao manuseio intenso durante eventos. Fornecida em unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões e lote.		3.800	R\$ 3,78	R\$ 14.364,00
82	Bloco de anotações com impressão do logo TCE/AP: bloco em papel sulfite 75 g/m ² , formato aproximado A5 (148 x 210 mm),		3.600	R\$ 7,87	R\$ 28.314,00

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

	mínimo de 50 folhas, com capa em papel cartão 300 g/m ² e impressão do logo institucional do TCE/AP na capa frontal.				
83	Crachá de identificação com impressão do logo TCE/AP: crachá em PVC rígido ou papel plastificado, dimensões aproximadas de 86 x 54 mm (padrão cartão), com impressão do logo institucional TCE/AP, campo para nome e setor. Acompanha cordão ou presilha para fixação.		3.600	R\$ 3,53	R\$ 12.708,00
84	Camisa institucional com logo TCE/AP: camisa polo ou camiseta em malha 100% algodão ou misto (mínimo 50% algodão), com bordado ou impressão serigráfica do logo institucional TCE/AP. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG e XG. Cores e modelo a definir conforme identidade visual institucional vigente.		100	R\$ 68,06	R\$ 6.806,00
VALOR TOTAL				R\$ 198.592,22	

DECLARAÇÕES E COMPROMISSOS:

A proposta da empresa deverá indicar que:

a) Os valores propostos devem incluir todos os custos diretos e indiretos necessários para a perfeita execução da entrega, incluindo, mas não se limitando a: materiais, insumos, encargos sociais, tributos, transporte, embalagem, logística e quaisquer outras despesas incidentes.



**Tribunal de Contas
do Estado do Amapá**

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

- b)** Declara ciência e plena concordância com as especificações técnicas e operacionais constantes do Termo de Referência (Anexo II), comprometendo-se a atender integralmente às exigências nele contidas.
- c)** Prazo de validade da proposta: **60 dias**, conforme disposto no art. 49 da Lei nº 14.133/2021.
- d)** A empresa declara estar apta e legalmente capacitada a contratar, não estando inibida ou declarada inidônea por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal.

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Responsável:

Cargo:

OBSERVAÇÃO: A proposta deve ser assinada digitalmente (com certificado digital ICP-Brasil) ou assinada fisicamente pelo representante legal da empresa, com indicação do nome legível, cargo e data da assinatura.

TERMO DE REFERÊNCIA

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do artefato: 015/2026-DPLANC/TCE/AP

Número do processo: TC/014427/2025-TCE/AP

UASG: 927045 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ (TCE/AP)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de consumo (copos descartáveis biodegradáveis, materiais de expediente, escritório e correlatos), conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas abaixo, destinados ao suporte das atividades administrativas e operacionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP).

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID	QTD
1	Papel A4 sulfite	Resma	847
2	Papel A4 marfim pérola	Pacote	20
3	Papel A3 sulfite	Resma	15
4	Papel A3 90 g/m ²	Resma	05
5	Papel A3 brilhante	Pacote	15
6	Papel couchê A4 170 g/m ²	Pacote	20
7	Papel couchê A4 120 g/m ²	Pacote	20
8	Papel fotográfico adesivo brilhante	Pacote	30
9	Papel fotográfico adesivo fosco	Pacote	20
10	Papel A4 perolado	Pacote	20
11	Papel texturizado tipo linho	Pacote	20
12	Papel casca de ovo	Pacote	20
13	Papel opaline	Pacote	20
14	Papel para certificado	Pacote	30
15	Papel kraft A4	Pacote	20
16	Papel kraft madeira A4	Pacote	05
17	Adesivo transparente (folha A4)	Pacote	15
18	Envelope tipo carta	Pacote	20
19	Envelope branco 162 x 229 mm	Pacote	20
20	Envelope branco médio	Pacote	15
21	Envelope A4	Pacote	300
22	Envelope kraft	Pacote	15
23	Envelope ofício saco	Pacote	15
24	Envelope com janela	Pacote	15
25	Caneta esferográfica azul	Caixa	161
26	Caneta esferográfica preta	Caixa	20
27	Caneta esferográfica vermelha	Caixa	15
28	Lápis preto nº 02	Caixa	10
29	Borracha branca	Unidade	200
30	Corretivo líquido 18ml	Unidade	24
31	Cola líquida 90g	Unidade	200
32	Adesivo instantâneo à base de cianoacrilato (supercola)	Unidade	30
33	Pincel marcador de texto	Unidade	55
34	Pincel permanente	Unidade	203

Divisão de Planejamento das Contratações

35	Pincel para quadro branco (dry erase)	Unidade	54
36	Apagador para quadro branco	Unidade	17
37	Caneta marcadora fina para preenchimento de crachá	Unidade	40
38	Clip p/ papel n.º 2/0	Caixa	100
39	Clip p/ papel n.º 4/0	Caixa	150
40	Clip p/ papel n.º 6/0	Caixa	50
41	Grampo cobreado p/ grampeador	Caixa	166
42	Grampeador de mesa	Unidade	148
43	Tachinha percevejo	Caixa	30
44	Molha dedo	Unidade	12
45	Pasta L	Unidade	700
46	Pasta aba elástica	Unidade	432
47	Pasta AZ lombo largo	Unidade	50
48	Livro protocolo de correspondência	Unidade	20
49	Livro Ata 100 folhas	Unidade	40
50	Fita adesiva transparente	Unidade	376
51	Fita adesiva opaca	Unidade	100
52	Fita dupla face VHB tm 4910	Unidade	40
53	Fita dupla face extra forte	Rolo	10
54	Fita crepe	Rolo	40
55	Fita de cetim azul 7mm	Rolo	08
56	Fita de cetim rosa 7mm	Rolo	08
57	Fita de cetim amarela 7mm	Rolo	08
58	Fita de cetim branca 7mm	Rolo	08
59	Fita de cetim azul 22mm	Rolo	10
60	Fita de cetim rosa 22mm	Rolo	10
61	Fita de cetim azul 38mm	Rolo	10
62	Fita de cetim rosa 38mm	Rolo	10
63	Tecido tipo linho, cor azul royal	Metro	10
64	Tecido tipo linho, cor preta	Metro	10
65	Tecido tipo linho, cor branca	Metro	10
66	Caixa para presente	Unidade	1.000
67	Pistola aplicadora de cola quente	Unidade	02
68	Bastão de cola quente	Pacote	02
69	Bloco autoadesivo tipo Post-it 38 x 50mm	Pacote	260
70	Bloco autoadesivo tipo Post-it 76 x 75mm	Pacote	350
71	Etiqueta adesiva para crachá 100 x 40mm	Rolo	20
72	Régua	Unidade	300
73	Tesoura média	Unidade	130
74	Estilete grande	Unidade	215
75	Papel para flip chart	Unidade	50
76	Pilha alcalina AA.	Unidade	116
77	Pilha alcalina AAA	Unidade	216
78	Copo descartável biodegradável	Caixa	102
79	Copo descartável para café	Caixa	02
80	Limpa telas	Unidade	18
81	Pasta para evento/capacitação com impressão do logo TCE/AP	Unidade	3.800
82	Bloco de anotações com impressão do logo TCE/AP	Unidade	3.600
83	Crachá de identificação com impressão do logo TCE/AP	Unidade	3.600
84	Camisa institucional com logo TCE/AP	Unidade	100

Divisão de Planejamento das Contratações

1.2. O **objeto** desta contratação caracteriza-se como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. Embora o objeto contemple itens de natureza diversa, todos possuem **finalidade administrativa comum**, vinculada ao suporte institucional e à realização de eventos e atividades administrativas do Tribunal. A consolidação em uma única contratação visa **ganho de escala, simplificação processual e eficiência administrativa**, sem prejuízo da competitividade, uma vez que o julgamento ocorrerá pelo critério de **menor preço por item**, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada item.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período se comprovado preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato ou instrumento equivalente oferece maior detalhamento sobre vigência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de materiais de consumo, compreendendo copos descartáveis biodegradáveis, materiais de expediente, escritório e itens correlatos, indispensáveis ao regular funcionamento das atividades administrativas e operacionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP).

2.2. A necessidade encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou cenário de risco iminente de desabastecimento, tendo em vista que o estoque disponível supre apenas período reduzido, além de registrar níveis críticos ou inexistentes para diversos itens essenciais ao desempenho das atividades institucionais.

2.3. Adicionalmente, verificou-se que a Ata de Registro de Preços anteriormente vigente teve seu consumo integral em prazo significativamente inferior ao planejado, evidenciando subdimensionamento das estimativas pretéritas e reforçando a necessidade de aprimoramento do planejamento da contratação atual.

2.4. A demanda foi estruturada de forma consolidada e institucional, abrangendo não apenas a Divisão de Material e Patrimônio – DMP, mas também outras unidades do Tribunal, tais como CERCOM, ESCON, Ouvidoria e SECEX, o que possibilita:

2.4.1. Ganho de escala;

2.4.2. Racionalização de processos;

2.4.3. Redução de custos administrativos;

2.4.4. Padronização de aquisições;

2.4.5. Maior eficiência na gestão contratual.

2.4.6. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação visa evitar interrupções nas rotinas administrativas, prejuízos à atividade de fiscalização e controle externo, atrasos na produção de relatórios e atos institucionais, bem como o comprometimento da prestação dos serviços públicos.

2.5. A presente contratação encontra respaldo jurídico no regime instituído pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à caracterização do objeto, à fase de planejamento e aos princípios que regem a Administração Pública.

2.6. O objeto pretendido enquadra-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, o que autoriza a utilização da modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2.7. No que se refere à fase de planejamento, a contratação observa as disposições dos arts. 18 e 28 da Lei nº 14.133/2021, estando devidamente instruída com Estudo Técnico Preliminar e deste Termo de Referência, instrumentos que evidenciam a necessidade da contratação, a análise de alternativas, a definição da solução mais vantajosa e a estimativa de custos,

Divisão de Planejamento das Contratações

assegurando a adequada motivação do ato administrativo.

2.8. Os itens 80 a 84 foram incorporados ao escopo da contratação em decorrência do processo de consolidação institucional da demanda, devidamente documentado nos autos.

2.8.1. O Despacho da DPLANC, determinou o retorno dos autos à Divisão de Material e Patrimônio para levantamento abrangente junto a todas as unidades do Tribunal, após constatação de que os itens inicialmente levantados não refletiam a demanda integral do órgão.

2.8.2. Os resultados do levantamento foram submetidos à validação das áreas demandantes [MOV. 28.INFORMAÇÃO - 28/2026], tendo sido obtida aprovação expressa quanto aos itens, especificações e quantitativos consolidados.

2.8.3. O ETP foi aprovado pela autoridade competente na sequência dessas manifestações [MOV. 30.DESPACHO - 42353/2026]. A inclusão encontra-se, portanto, regularmente fundamentada nos autos, em atendimento ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.9. Adicionalmente, a adoção do Sistema de Registro de Preços encontra fundamento nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, sendo compatível com a natureza do objeto e com a necessidade de aquisições frequentes e parceladas, permitindo maior eficiência na gestão contratual e melhor adequação às demandas institucionais.

2.10. A contratação também se alinha aos princípios expressamente previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, notadamente os da eficiência, economicidade, planejamento, transparência e seleção da proposta mais vantajosa, bem como ao princípio da continuidade do serviço público, implícito no ordenamento jurídico e essencial à manutenção das atividades administrativas e finalísticas do TCE/AP.

2.11. Dessa forma, a presente contratação encontra-se juridicamente fundamentada, observando os pressupostos legais, os princípios administrativos aplicáveis e as boas práticas de governança nas contratações públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução definida para atendimento da necessidade administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP) consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de materiais de consumo, compreendendo copos descartáveis biodegradáveis, materiais de expediente, escritório e itens correlatos, cujos padrões de desempenho e qualidade são usualmente definidos pelo mercado.

3.2. A definição da solução foi orientada por abordagem sistêmica, considerando não apenas o momento da aquisição, mas todo o ciclo de vida do objeto, desde o planejamento até a destinação final dos materiais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

3.3. Nesse contexto, a etapa de planejamento contemplou a consolidação das demandas das diversas unidades administrativas do Tribunal, a padronização das especificações técnicas e a definição de quantitativos baseados em histórico de consumo e projeção de demanda, assegurando maior precisão e eficiência na instrução processual.

3.4. No que se refere à fase de contratação, a utilização do pregão eletrônico permite ampliar a competitividade, assegurar transparência e viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa, especialmente em se tratando de bens comuns. A adoção do Sistema de Registro de Preços, por sua vez, revela-se adequada à natureza da demanda, caracterizada por aquisições frequentes e parceladas, possibilitando que a Administração realize as contratações conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata de todos os quantitativos estimados.

3.5. Sob o aspecto logístico e operacional, a solução contempla o fornecimento dos materiais de forma parcelada, conforme demandas específicas do TCE/AP, o que contribui para a racionalização do armazenamento, a redução de custos com estocagem e a mitigação de riscos relacionados ao vencimento, obsolescência ou deterioração dos produtos. Tal sistemática

Divisão de Planejamento das Contratações

permite maior controle sobre o consumo dos insumos e melhor alinhamento entre a execução contratual e a disponibilidade orçamentária.

3.6. Durante a fase de utilização, os materiais adquiridos destinam-se ao suporte direto das atividades administrativas e finalísticas do Tribunal, sendo essenciais para a continuidade das rotinas institucionais, tais como análise processual, produção de documentos, realização de eventos e atendimento ao público. A adequada disponibilização desses insumos impacta diretamente na eficiência operacional e na qualidade dos serviços prestados.

3.7. No que concerne à gestão contratual, a solução prevê a atuação de gestor e fiscais designados, responsáveis pelo acompanhamento da execução, verificação da conformidade dos bens fornecidos, controle de prazos e avaliação do desempenho do fornecedor, em observância às normas da Lei nº 14.133/2021 e aos regulamentos internos do TCE/AP. Tal estrutura de governança contribui para a mitigação de riscos e para a adequada execução do objeto contratado.

3.8. Por fim, sob a perspectiva da sustentabilidade, a solução incorpora diretrizes voltadas à redução de impactos ambientais, mediante a exigência de fornecimento de materiais biodegradáveis, incentivo ao uso de produtos recicláveis ou certificados e observância de práticas de logística reversa quando aplicável. Essas medidas alinham-se ao Plano de Logística Sustentável do Tribunal e às disposições do art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, reforçando o compromisso institucional com a responsabilidade socioambiental.

3.9. Dessa forma, a solução proposta apresenta-se como técnica, econômica e operacionalmente adequada, contemplando de forma integrada todas as etapas do ciclo de vida do objeto e assegurando o atendimento eficiente e sustentável das necessidades institucionais do TCE/AP.

3.10. Considerando a natureza divisível do objeto, bem como a diversidade de fornecedores existentes no mercado para os itens individualmente considerados, optou-se pela adoção do critério de julgamento por item, de modo a ampliar a competitividade, favorecer a participação de empresas especializadas em cada tipo de material e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, operacionais e jurídicos destinados a assegurar a adequada execução do objeto, a qualidade dos bens fornecidos e a conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.2. Os materiais a serem adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, sendo exigido que sejam novos, sem uso, e fornecidos em perfeitas condições de funcionamento e conservação, compatíveis com os padrões de qualidade exigidos para utilização em órgão público. Os produtos deverão observar, sempre que aplicável, as normas técnicas pertinentes, inclusive aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou por outros órgãos reguladores competentes, garantindo durabilidade, segurança e desempenho adequados ao uso institucional contínuo.

4.3. Quanto às condições de fornecimento, os materiais deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, em local e horário previamente definidos pela Administração, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência, contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, em consonância com a sistemática do Sistema de Registro de Preços, devendo a contratada garantir a disponibilidade dos itens durante toda a vigência da ata e do instrumento contratual dela decorrente. Os bens deverão ser acompanhados de documentação fiscal regular e entregues devidamente acondicionados, de modo a preservar sua integridade durante o transporte e armazenamento.

Divisão de Planejamento das Contratações

4.4. No que se refere à garantia, aplica-se, no mínimo, o disposto no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de garantias adicionais eventualmente ofertadas pelo fabricante ou fornecedor. A contratada será responsável pela substituição, às suas expensas, de quaisquer produtos que apresentem vícios, defeitos ou desconformidade com as especificações estabelecidas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.5. Sob o aspecto da qualificação técnica, a exigência de comprovação de aptidão fica restrita aos itens de natureza gráfica personalizada (itens 81 a 84), para os quais será exigida a apresentação de atestado ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de materiais gráficos personalizados ou confecção de uniformes institucionais em correspondente a no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo licitado para o item ao qual concorre, conforme detalhado na seção de habilitação deste Termo de Referência. Para os demais itens (1 a 80), não será exigida qualificação técnica específica, tendo em vista a natureza comum e padronizada dos bens, em observância ao princípio da proporcionalidade e ao disposto no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.6. No âmbito da execução contratual, a contratada deverá designar formalmente preposto para representá-la perante a Administração, garantindo comunicação eficiente e pronta resolução de eventuais ocorrências. Deverá, ainda, cumprir integralmente as determinações da fiscalização, manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no certame e observar rigorosamente as obrigações contratuais assumidas, responsabilizando-se integralmente pelos riscos e custos decorrentes da execução do objeto.

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto, total ou parcial, tendo em vista a natureza comum e padronizada dos bens a serem fornecidos, a ausência de complexidade técnica que justifique tal arranjo e a necessidade de manutenção da responsabilidade integral da contratada pela execução contratual, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.8. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio. A vedação se justifica pela natureza comum, padronizada e de baixa complexidade técnica e operacional dos bens a serem fornecidos, para os quais o mercado dispõe de ampla oferta de fornecedores individuais aptos a atender integralmente o objeto, inexistindo vantagem para a Administração que recomende a adoção desse arranjo, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021, interpretado a contrário senso.

4.9. A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável do TCE/AP, devendo ser atendidos os seguintes requisitos:

4.9.1. Fornecimento de copos descartáveis, preferencialmente em material biodegradável, atóxico e ambientalmente adequado, sendo obrigatória a adoção de material biodegradável para o item 78, admitido o uso de poliestireno (PS) para o item 79, destinado exclusivamente ao serviço de café, em razão da necessidade de resistência a líquidos quentes e da disponibilidade de mercado para esse padrão específico;

4.9.2. Utilização de embalagens recicláveis, recicladas ou biodegradáveis, reduzindo a geração de resíduos sólidos;

4.9.3. Fornecimento preferencial de papel branco com percentual de material reciclado ou proveniente de manejo florestal sustentável, com certificações ambientais (FSC, Cerflor ou equivalentes);

4.9.4. Compromisso com logística reversa para pilhas e baterias, conforme Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.10. O descumprimento das diretrizes de sustentabilidade estabelecidas neste item sujeitará a CONTRATADA às sanções contratuais cabíveis.

4.11. Não haverá exigência de prestação de garantia contratual, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns com fornecimento parcelado sob Sistema de Registro de Preços, cuja exigência implicaria custos adicionais sem proporcionar benefício à Administração, contrariando o princípio da economicidade.

Divisão de Planejamento das Contratações

4.12. Por fim, ressalta-se que todos os requisitos ora estabelecidos visam garantir a adequada execução do objeto, a obtenção de bens de qualidade compatível com as necessidades institucionais e a observância dos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021 e normativos internos do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP), sendo orientada por critérios de eficiência, continuidade do fornecimento e adequada gestão dos riscos inerentes à contratação.

5.2. O fornecimento dos materiais será realizado sob demanda, conforme as necessidades da Administração, em consonância com a sistemática do Sistema de Registro de Preços, não havendo obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados. As aquisições ocorrerão mediante emissão de nota de empenho ou instrumento equivalente, que formalizará cada solicitação específica, respeitados os limites registrados na ata e a disponibilidade orçamentária.

5.3. A entrega dos bens deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, salvo prazo diverso devidamente justificado e aceito pela Administração. As entregas poderão ser realizadas de forma parcelada, conforme cronograma e demandas definidas pelo setor requisitante, devendo a contratada assegurar a regularidade do fornecimento durante toda a vigência da ata e do contrato dela decorrente.

5.4. Os materiais deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, na Divisão de Material e Patrimônio – DMP, Prédio Sede do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, localizado na Av. FAB, nº 900, Centro, Macapá-AP, CEP 68.900-073, no horário de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30 minutos, devidamente acondicionados, identificados e acompanhados da respectiva documentação fiscal.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. A contratada será integralmente responsável pelo transporte, carga, descarga e quaisquer custos logísticos envolvidos, não sendo admitida a transferência de tais ônus à Administração.

5.7. O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, bem como na regulamentação interna aplicável, ocorrendo em duas etapas distintas. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega, para fins de verificação inicial da conformidade dos materiais com as especificações estabelecidas. O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, formalizando-se mediante ateste do fiscal ou comissão designada.

5.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.9. O prazo de garantia dos produtos é o estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de garantias específicas fornecidas pelo fabricante.

5.10. Caso sejam identificadas inconformidades, os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada proceder à substituição no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. A substituição deverá ocorrer em prazo compatível com a urgência da demanda, de modo a não comprometer a continuidade das atividades institucionais.

5.11. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação interna do TCE/AP,

Divisão de Planejamento das Contratações

competindo-lhes verificar o cumprimento das obrigações assumidas, registrar ocorrências, adotar providências corretivas e subsidiar a tomada de decisões pela Administração. A contratada deverá manter canal de comunicação ativo com a fiscalização e atender prontamente às solicitações e determinações expedidas.

5.12. No que se refere à gestão de riscos, a execução do objeto deverá contemplar medidas destinadas à prevenção e mitigação de eventos que possam comprometer o fornecimento, tais como atrasos na entrega, descontinuidade na disponibilidade de produtos, fornecimento de itens em desacordo com as especificações ou falhas logísticas. Para tanto, a contratada deverá adotar práticas de gestão que assegurem a regularidade do abastecimento, mantendo capacidade operacional compatível com a demanda e estrutura adequada para atendimento tempestivo das solicitações.

5.13. A Administração, por sua vez, deverá promover o acompanhamento sistemático do consumo dos materiais, de modo a antecipar necessidades, evitar desabastecimento e assegurar o adequado planejamento das requisições, em alinhamento com os princípios da eficiência e da economicidade.

5.14. Por fim, a execução do objeto deverá observar, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade, incluindo o fornecimento de materiais ambientalmente adequados, a redução de resíduos e a correta destinação de materiais, contribuindo para o cumprimento das diretrizes institucionais de responsabilidade socioambiental.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato decorrente desta contratação serão realizadas em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 117 e seguintes, bem como de acordo com a regulamentação interna do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP), observando-se os princípios da segregação de funções, eficiência, controle e accountability na execução contratual.

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela autoridade competente, compreendendo, no mínimo, a figura do gestor do contrato e dos fiscais técnico e administrativo, ou seus respectivos substitutos, os quais atuarão de forma coordenada e complementar, assegurando o controle efetivo da execução do objeto.

6.3. Compete ao gestor do contrato a coordenação geral da execução contratual, cabendo-lhe acompanhar os registros realizados pelos fiscais, consolidar as informações relativas ao desempenho da contratada, promover a interlocução entre as partes e adotar as providências necessárias à regular execução do contrato. O gestor será responsável, ainda, por avaliar a necessidade de eventuais ajustes contratuais, prorrogações, aplicação de sanções e encaminhamento de demandas à autoridade superior, quando ultrapassada sua competência.

6.4. A fiscalização técnica terá por finalidade verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como acompanhar os prazos de entrega, a qualidade dos produtos e o atendimento das condições contratuais. Caberá ao fiscal técnico registrar todas as ocorrências relevantes, emitir notificações para correção de eventuais irregularidades e atestar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, quando verificado o cumprimento das exigências estabelecidas.

6.5. A fiscalização administrativa, por sua vez, será responsável pelo acompanhamento dos aspectos formais e documentais da execução contratual, incluindo a verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada, a regularidade fiscal e trabalhista, o controle dos prazos contratuais, o acompanhamento dos pagamentos e a análise da documentação necessária à liquidação da despesa. Também competirá ao fiscal administrativo comunicar eventuais irregularidades ao gestor do contrato, subsidiando a adoção das medidas cabíveis.

6.6. A contratada deverá designar formalmente um preposto, com poderes para representá-la perante a Administração durante toda a execução do contrato, garantindo a comunicação

Divisão de Planejamento das Contratações

eficiente e a pronta resolução de demandas operacionais. O preposto deverá atuar como interlocutor direto com a fiscalização, prestando informações, recebendo notificações e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

6.7. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser formalizadas por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos institucionais, desde que assegurada a rastreabilidade das informações. Eventuais ocorrências que possam impactar a execução do contrato, tais como atrasos, indisponibilidade de produtos ou inconformidades nos materiais fornecidos, deverão ser comunicadas imediatamente pela contratada, acompanhadas das devidas justificativas.

6.8. No curso da execução contratual, deverão ser adotados mecanismos de controle e monitoramento contínuo, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, prevenir falhas na execução e garantir a obtenção dos resultados pretendidos. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros, permanecendo esta responsável pela qualidade dos bens fornecidos e pela correção de eventuais vícios ou defeitos.

6.9. O recebimento do objeto será realizado em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação interna do TCE/AP, mediante recebimento provisório e definitivo, condicionando-se o pagamento à verificação do adimplemento das obrigações contratuais. A liquidação da despesa observará os procedimentos administrativos aplicáveis, incluindo a conferência da documentação fiscal e a certificação da execução do objeto pelos fiscais responsáveis.

6.10. Na hipótese de descumprimento contratual, a Administração poderá adotar as medidas cabíveis, incluindo a aplicação de sanções administrativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente. O gestor do contrato deverá instruir o processo administrativo correspondente, com base nos registros e evidências produzidos no âmbito da fiscalização.

6.11. Ao término da execução contratual, deverá ser elaborado relatório final pelo gestor do contrato, contendo a avaliação do desempenho da contratada, a verificação do atendimento dos objetivos da contratação e a indicação de eventuais melhorias a serem consideradas em futuras contratações, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo da gestão pública.

6.12. Dessa forma, o modelo de gestão adotado assegura a adequada governança da contratação, com definição clara de responsabilidades, mecanismos de controle e instrumentos de acompanhamento, garantindo a execução eficiente, transparente e alinhada ao interesse público.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos decorrentes da presente contratação serão realizados com base nos bens efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração, não sendo admitidos pagamentos por estimativa ou antecipação.

7.2. A medição ocorrerá por entrega, considerando os quantitativos efetivamente recebidos e atestados pela fiscalização, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. A liquidação da despesa será realizada mediante verificação do adimplemento contratual, com base na nota fiscal ou documento equivalente, devidamente atestado pelo fiscal do contrato, e acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, conforme legislação vigente.

7.4. O prazo será de 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, nos termos do Resolução Executiva n.º 111/2023–TCE/AP, iniciando-se a partir da apresentação da documentação completa e regular. Havendo inconsistências, o prazo será suspenso até a sua regularização, sem ônus para a Administração.

Divisão de Planejamento das Contratações

7.5. O prazo para pagamento será de 10 (dez) dias úteis, a contar da liquidação da despesa, nos termos da Resolução Executiva nº 111/2023-TCE/AP, mediante ordem bancária, em conta indicada pela contratada.

7.6. Serão realizadas as retenções tributárias cabíveis, conforme a legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses de tratamento diferenciado legalmente previsto, mediante comprovação pela contratada.

7.7. Na hipótese de inexecução parcial, entrega em desconformidade ou descumprimento contratual, a Administração poderá promover a retenção ou glosa proporcional dos valores devidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. Não será admitida a antecipação de pagamento, nem a cessão de crédito sem prévia autorização da Administração.

7.9. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, admitindo-se reajuste após esse prazo, mediante aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE, ou do índice que vier a substituí-lo, calculado pro rata die, nos termos da legislação aplicável.

7.9.1. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

7.9.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.2.1. o prazo de validade;
- 7.9.2.2. a data da emissão;
- 7.9.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.2.5. o valor a pagar; e
- 7.9.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.9.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.9.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.9.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.9.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Divisão de Planejamento das Contratações

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza comum dos bens a serem adquiridos, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

8.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, por se tratar de objeto divisível e composto por múltiplos itens independentes, medida que amplia a competitividade, favorece a participação de um maior número de fornecedores e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.3. A contratação será operacionalizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a realização de aquisições conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

8.4. O fornecimento dos bens ocorrerá conforme as solicitações da Administração, no âmbito da Ata de Registro de Preços, sendo os pagamentos realizados com base nas quantidades efetivamente fornecidas e aceitas para cada item registrado, de acordo com as demandas do TCE/AP e observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Para fins de aceitabilidade das propostas, serão considerados os **valores estimados por item**, obtidos na pesquisa de preços, sem prejuízo da análise global da contratação para fins de planejamento e controle orçamentário.

8.6. Os licitantes deverão apresentar proposta contendo a discriminação dos itens, quantitativos e respectivos preços unitários, conforme modelo disponibilizado pela Administração, possibilitando a adequada avaliação da exequibilidade e da compatibilidade com os parâmetros estabelecidos.

8.7. As exigências de habilitação observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021, compreendendo a comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como a qualificação técnica compatível com o objeto da contratação, podendo ser utilizados, total ou parcialmente, os registros constantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

8.8. Não será aplicada margem de preferência, por não se enquadrar nas hipóteses legais previstas.

8.8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.8.1.1. Os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e social, bem como os de habilitação econômico-financeira poderão ser parcial ou totalmente substituídos pelo SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

8.8.1.2. Serão exigidos os documentos de habilitação listados a baixo, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.8.2. Habilitação jurídica:

8.8.2.1. Pessoa física: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.8.2.2. Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.8.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.8.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8.2.5. Sociedade empresária estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil,

Divisão de Planejamento das Contratações

publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8.2.6. Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.8.2.8. Sociedade cooperativa: Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.8.2.8.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.8.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.8.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.8.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

8.8.4. Qualificação Econômico-Financeira:

8.8.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.8.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.8.5. Qualificação Técnica:

8.8.5.1. A qualificação técnica será exigida exclusivamente para os itens de fornecimento de maior complexidade ou de natureza personalizada, conforme segue:

8.8.5.1.1. Para os itens 81 (pasta para evento/capacitação), 82 (bloco de anotações), 83 (crachá de identificação) e 84 (camisa institucional), todos com impressão ou personalização do logo institucional do TCE/AP, será exigida a comprovação de aptidão para execução de fornecimentos de natureza gráfica ou confecção similares, mediante apresentação de atestado

Divisão de Planejamento das Contratações

ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais gráficos personalizados ou confecção de uniformes institucionais em quantitativo compatível com o objeto, correspondente a no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo licitado para o item ao qual concorre.

8.8.5.1.2. Para os demais itens (1 a 80), não será exigida qualificação técnica específica, tendo em vista a natureza comum e padronizada dos bens, amplamente disponíveis no mercado, cujos padrões de qualidade são objetivamente definidos por especificações usuais, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

8.8.6. Disposições gerais sobre habilitação:

8.8.6.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.6.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8.6.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.6.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.6.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. A presente contratação observará o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários previstos na Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com os arts. 42 a 49 da referida norma.

9.2. Considerando que o critério de julgamento adotado é o de menor preço por item e que nenhum dos 84 itens possui valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), aplica-se a **licitação com participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 19 da Lei Complementar Estadual nº 108/2018.

9.3. Para fins de aplicação do benefício, o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) foi considerado individualmente para cada item, conforme orientação jurisprudencial consolidada e prática de mercado, sendo constatado que todos os itens se enquadram no requisito legal de exclusividade.

9.4. A licitação exclusiva para ME/EPP justifica-se pela ampla participação desse segmento no mercado de materiais de consumo e serviços gráficos, havendo número suficiente de fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte capazes de atender às especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.5. As licitantes deverão comprovar o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado mediante apresentação de declaração ou certidão expedida pela Junta Comercial ou órgão equivalente, nos termos da legislação vigente.

9.6. A aplicação do tratamento diferenciado observará, em todos os casos, a compatibilidade com a vantajosidade da contratação, não sendo admitida quando implicar prejuízo à

Divisão de Planejamento das Contratações

economicidade ou à qualidade do objeto, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

10.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

10.1.7. Decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual no prazo de 15 (quinze) dias, admitida prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes ou protelatórios.

10.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

10.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado.

10.2. Obrigações da Contratada

10.2.1. A contratada deverá executar o objeto em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do instrumento contratual e da Lei nº 14.133/2021, assumindo integral responsabilidade pela adequada execução do fornecimento e pelos riscos e custos dele decorrentes.

10.2.2. Compete à contratada fornecer os materiais conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas, garantindo a qualidade, a durabilidade e a conformidade dos bens com os padrões exigidos. Os produtos deverão ser novos, sem uso, e entregues em perfeitas condições, devidamente acondicionados, de modo a preservar sua integridade durante o transporte e armazenamento.

10.2.3. A contratada será responsável por realizar a entrega dos materiais nos prazos estipulados, no local indicado pela Administração, arcando com todos os custos logísticos envolvidos, inclusive transporte, carga e descarga, não sendo admitida a transferência desses encargos ao Contratante. Eventuais atrasos ou impedimentos à entrega deverão ser comunicados previamente à Administração, devidamente justificados.

10.2.4. Deverá, ainda, substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, quaisquer bens que apresentem vícios, defeitos ou desconformidade com as especificações estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.2.5. A contratada deverá atender prontamente às determinações da fiscalização e do gestor do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como manter canal de comunicação eficaz com a Administração durante toda a execução contratual.

10.2.6. É obrigação da contratada manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, especialmente no que se refere à regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira, apresentando, quando solicitado, a documentação comprobatória pertinente.

10.2.7. A contratada será integralmente responsável pelos danos causados à Administração ou

Divisão de Planejamento das Contratações

a terceiros em decorrência da execução do objeto, não sendo essa responsabilidade afastada ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento do contrato.

10.2.8. Deverá, igualmente, cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não podendo transferir à Administração qualquer responsabilidade por encargos dessa natureza.

10.2.9. A contratada compromete-se a observar as normas de sustentabilidade aplicáveis, especialmente quanto ao fornecimento de materiais ambientalmente adequados e à destinação correta de resíduos, quando aplicável, em consonância com as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2.10. Por fim, a contratada deverá guardar sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da execução contratual, utilizando-as exclusivamente para os fins relacionados ao cumprimento do objeto, sob pena de responsabilização nos termos da legislação aplicável.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 155 a 163, sem prejuízo da responsabilização civil e demais cominações legais cabíveis.

11.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação, aquelas decorrentes de condutas que comprometam a execução contratual, tais como a inexecução total ou parcial do objeto, o atraso injustificado na entrega dos materiais, o fornecimento de bens em desconformidade com as especificações estabelecidas, a não substituição de produtos rejeitados no prazo fixado, bem como a apresentação de documentação falsa, a prática de atos fraudulentos ou o comportamento inidôneo durante a execução do contrato.

11.3. Pela prática das infrações acima descritas, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e individualização da pena:

I – advertência, quando se tratar de infração de menor gravidade, especialmente nas hipóteses de inexecução parcial sem prejuízo relevante à Administração;

II – multa, que poderá ser aplicada nas modalidades moratória e compensatória;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos previstos na legislação;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

11.4. A multa moratória poderá ser aplicada no percentual de até 0,5% por dia de atraso, limitada a 10% do valor da parcela inadimplida, enquanto a multa compensatória poderá variar até 20% do valor do contrato ou da parcela afetada, conforme definido no edital e no instrumento contratual.

11.5. As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a natureza e a gravidade da infração, sem prejuízo da obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

11.6. A aplicação de qualquer sanção será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021. A notificação da contratada será realizada preferencialmente por meio eletrônico, considerando-se válidos os endereços informados no processo ou cadastrados nos sistemas oficiais.

11.7. Na aplicação das penalidades, a autoridade competente deverá considerar, dentre outros aspectos, a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, a reincidência, bem como a eventual adoção de medidas corretivas por parte da contratada.

11.8. Os débitos decorrentes da aplicação de multas poderão ser compensados com valores

Divisão de Planejamento das Contratações

eventualmente devidos pela Administração à contratada, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, conforme o caso.

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão registradas nos sistemas oficiais de controle e publicidade, especialmente no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos da legislação vigente.

11.10. A reabilitação da contratada poderá ser requerida após o decurso do prazo da sanção aplicada, desde que comprovada a reparação integral do dano causado à Administração e o cumprimento das demais condições legais previstas.

11.11. Por fim, ressalta-se que a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a possibilidade de rescisão contratual, quando cabível, nem afasta a responsabilização da contratada por eventuais prejuízos causados à Administração Pública.

12. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. A estimativa do valor da contratação foi calculada com base nos preços praticados no mercado e nas quantidades previstas. Essa estimativa é fundamental para apoiar a análise de viabilidade da contratação e assegurar que as despesas futuras estejam adequadas aos recursos disponíveis para o TCE/AP. A análise de viabilidade considerou tanto os aspectos técnicos quanto os econômicos, garantindo a melhor utilização dos recursos públicos.

12.2. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, especialmente com os princípios de economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o valor estimado para a referida contratação deste TR é de **R\$ 198.592,22 (cento e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte dois centavos)**.

12.3. A estimativa do valor da contratação foi definida e justificada com base nas diretrizes da Resolução Executiva n.º 105, de 18 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para realização da Pesquisa de Preços, em cumprimento ao art. 23, da Lei n.º 14.133/2021, no âmbito deste Tribunal de Contas. O método para estimativa de preços incluiu a análise crítica dos preços referenciais, garantindo a adequação das despesas futuras aos recursos disponíveis para a organização.

12.4. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.5. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.6. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.7. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

12.8. Dessa forma, a estimativa apresentada mostra-se compatível com os parâmetros de mercado e adequada à realidade da contratação, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP.

13.2. Para se dar cumprimento ao artigo 6º, XXIII, "j", da Lei nº 14.133/21, a declaração orçamentária será parte integrante deste Termo de Referência, sendo a ela anexada para todos

Divisão de Planejamento das Contratações

os fins nos autos do Processo: TC/014427/2025-TCE/AP.

13.3. As despesas para o exercício subsequente (ou subseqüentes, havendo a prorrogação do contrato) estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá e pela Lei Orçamentária Anual do Estado do Amapá.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

15. RESPONSÁVEIS

15.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva nº 108/2023–TCE/AP.

Macapá/AP, 04 de maio de 2026.

Demandante:

WILSON JOSÉ DIAS MALCHER

Coordenador de Gestão da Terceirização e Serviços Gerais
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

Elaborador:

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA

Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE/AP
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

De acordo:

SIMONE APARECIDA ZANATTA

Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE/AP
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

Divisão de Planejamento das Contratações

ANEXO I – RELAÇÃO E DETALHAMENTO DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	UNID	QTD	CATMA T	V. UNIT ESTIMADO	V. TOTAL ESTIMADO
1	Papel A4 sulfite: papel offset branco, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 75 g/m ² , alta alvura, resma com 500 folhas, em embalagem resistente à umidade, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.	Chamex ou equiv.	Resma	847	611840	R\$ 31,20	R\$ 26.422,14
2	Papel A4 marfim pérola: papel especial, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 120 g/m ² , cor marfim (tom creme claro) com efeito perolado, superfície lisa, não revestida. Indicado para documentos institucionais e materiais que exijam apresentação diferenciada. Compatível com impressoras jato de tinta e laser. Fornecido em pacotes com 30 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, cor, quantidade e lote.	Filipaper ou equiv.	Pacote	20	254199	R\$ 36,63	R\$ 732,60
3	Papel A3 sulfite: papel offset branco, formato A3 (297 x 420 mm), gramatura 75 g/m ² , resma com 500 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.	Chamex ou equiv.	Resma	15	637656	R\$ 61,49	R\$ 922,35
4	Papel A3 90 g/m²: papel sulfite alcalino, formato A3 (297 x 420 mm), gramatura 90 g/m ² , cor branca, alta alvura, superfície lisa, adequado para impressão em equipamentos jato de tinta e laser. Fornecido em resmas com 500 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.	Chamex ou equiv.	Resma	05	637656	R\$ 61,46	R\$ 307,30
5	Papel A3 brilhante: papel tipo couchê, formato A3 (297 x 420 mm), gramatura 180 g/m ² , acabamento brilhante (glossy), alta resolução para impressão, excelente reprodução de cores e definição de imagens. Indicado para impressoras jato de tinta ou	Suzano ou equiv.	Pacote	15	628782	R\$ 64,50	R\$ 967,50

Divisão de Planejamento das Contratações

	laser compatíveis. Superfície lisa, secagem rápida e resistência ao manuseio. Fornecido em pacotes com 50 folhas, em embalagem resistente à umidade, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.						
6	Papel couchê A4 170 g/m²: papel tipo couchê, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 170 g/m², acabamento brilhante (glossy), superfície lisa e revestida, alta qualidade de impressão com excelente reprodução de cores. Indicado para materiais gráficos institucionais (folders, cartazes, capas e apresentações). Compatível com impressoras a laser ou jato de tinta. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.	Suzano ou equiv.	Pacote	20	606304	R\$ 33,08	R\$ 661,50
7	Papel couchê A4 120 g/m²: papel tipo couchê, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 120 g/m², acabamento brilhante (glossy), superfície lisa e revestida, alta qualidade de impressão. Indicado para folders, cartazes e materiais gráficos de menor espessura em relação ao item 6. Compatível com impressoras a laser ou jato de tinta. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.	Suzano ou equiv.	Pacote	20	606304	R\$ 33,31	R\$ 666,20
8	Papel fotográfico adesivo brilhante: papel fotográfico autoadesivo, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 135 g/m², acabamento brilhante (glossy), alta resolução para impressão de imagens e cores vivas. Camada adesiva no verso protegida por liner destacável. Compatível com impressoras jato de tinta ou laser. Fornecido em pacotes com 20 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.	Masterprint ou equiv.	Pacote	30	451897	R\$ 23,22	R\$ 696,45
9	Papel fotográfico adesivo fosco: papel fotográfico autoadesivo, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura	Masterprint ou equiv.	Pacote	20	356494	R\$ 41,37	R\$ 827,40

Divisão de Planejamento das Contratações

	135 g/m², acabamento fosco (matte), alta qualidade de impressão com baixa reflexão de luz. Camada adesiva no verso protegida por liner removível. Compatível com impressoras jato de tinta ou laser. Fornecido em pacotes com 100 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.						
10	Papel A4 perolado: papel especial tipo perolado, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m², cor branca, acabamento superficial levemente cintilante (efeito perolado). Indicado para certificados, convites e materiais institucionais. Fornecido em pacotes com 30 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.	Filipaper ou equiv.	Pacote	20	254199	R\$ 38,48	R\$ 769,50
11	Papel texturizado tipo linho: papel especial, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m², cor branca, textura superficial que simula tecido de linho. Indicado para certificados, diplomas e materiais institucionais. Compatível com impressoras a laser ou jato de tinta. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.	Filipaper ou equiv.	Pacote	20	323041	R\$ 27,59	R\$ 548,70
12	Papel casca de ovo: papel especial, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m², cor branca, textura superficial levemente granulada. Indicado para certificados, diplomas e materiais institucionais. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.	Filipaper ou equiv.	Pacote	20	628584	R\$ 27,44	R\$ 548,70
13	Papel opaline: papel tipo opaline, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m², cor branca, superfície lisa fosca, sem revestimento, alcalino/pH neutro (para não amarelar), com elevada rigidez e excelente opacidade. Indicado para certificados, diplomas, cartões de visita e convites. Fornecido em pacotes	Filipaper ou equiv.	Pacote	20	436447	R\$ 32,17	R\$ 643,30

Divisão de Planejamento das Contratações

	com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.						
14	Papel para certificado: papel especial, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura mínima de 180 g/m², cor marfim ou off-white, com textura tipo linho, proporcionando acabamento sofisticado para documentos oficiais. Compatível com impressoras a laser ou jato de tinta. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, formato, quantidade e lote.	Filipaper ou equiv.	Pacote	30	461898	R\$ 29,78	R\$ 893,40
15	Papel kraft A4: papel kraft pardo, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 80 g/m², cor parda/natural, não branqueado, boa resistência mecânica. Compatível com impressoras jato de tinta e laser. Fornecido em pacotes com 100 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.	Suzano ou equiv.	Pacote	20	452770	R\$ 47,12	R\$ 942,30
16	Papel kraft madeira A4: papel especial artesanal, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura 180 g/m², cor parda/natural com aspecto de madeira, produzido a partir de fibras de celulose não branqueadas. Indicado para artesanato e materiais institucionais personalizados. Produto distinto do item 39 pela gramatura e acabamento. Fornecido em pacotes com 50 folhas, contendo identificação do fabricante, gramatura, quantidade e lote.	Offpaper ou equiv.	Pacote	05	609309	R\$ 17,14	R\$ 85,68
17	Adesivo transparente (folha A4): filme autoadesivo transparente, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura aproximada de 150 g/m², com alta transparência e boa aderência. Indicado para proteção, revestimento e acabamento de materiais impressos. Fornecido em pacotes com 10 folhas, contendo identificação do fabricante, dimensões e lote.	Vulcan ou equiv.	Pacote	15	400595	R\$ 37,65	R\$ 564,75
18	Envelope tipo carta: papel offset branco, dimensões 114 x 229 mm (padrão carta/comercial), gramatura 80 g/m², aba de fechamento com cola gomada ou	Scrity ou equiv.	Pacote	20	633834	R\$ 16,49	R\$ 329,70

Divisão de Planejamento das Contratações

	autoadesiva. Indicado para correspondências e comunicações institucionais. Fornecido em pacotes contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.						
19	Envelope branco 162 x 229 mm: papel offset branco, dimensões 162 x 229 mm, gramatura 80 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Fornecido em pacotes contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.	Scrity ou equiv.	Pacote	20	486004	R\$ 48,09	R\$ 961,80
20	Envelope branco médio: papel offset branco, dimensões aproximadas de 246 x 186 mm, gramatura mínima de 75 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Indicado para acondicionamento de documentos em formato A5 ou similar. Produto distinto do item 49 pelas dimensões. Fornecido em pacotes com 25 unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.	Scrity ou equiv.	Pacote	15	629793	R\$ 17,51	R\$ 262,65
21	Envelope A4: papel offset branco ou kraft pardo, dimensões 229 x 324 mm (compatível com documentos A4 sem dobra), gramatura mínima de 80 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Fornecido em pacotes contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.	Scrity ou equiv.	Pacote	300	486005	R\$ 40,50	R\$ 12.150,00
22	Envelope kraft: papel kraft pardo, dimensões 260 x 360 mm, gramatura 80 g/m ² , aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Indicado para documentos e correspondências que demandem maior resistência ao manuseio. Fornecido em pacotes com 25 unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.	Scrity ou equiv.	Pacote	15	481549	R\$ 32,70	R\$ 490,43
23	Envelope ofício saco: papel offset branco, dimensões 260 x 360 mm (compatível com documentos A4 sem dobra), gramatura 90 g/m ² , aba	Scrity ou equiv.	Pacote	15	463527	R\$ 33,62	R\$ 504,30

Divisão de Planejamento das Contratações

	de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Indicado para documentos oficiais e processos administrativos. Fornecido em pacotes contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, 15 quantidade e lote.						
24	Envelope com janela: papel offset branco, dimensões 114 x 229 mm, gramatura 75 g/m ² , com janela transparente em filme plástico posicionada na face frontal (a 20 mm da borda esquerda e 15 mm da borda inferior, dimensões aprox. 90 x 30 mm). Aba de fechamento com cola gomada ou autoadesiva. Fornecido em pacotes com 25 unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões, gramatura, quantidade e lote.	Scrity ou equiv.	Pacote	15	459370	R\$ 9,18	R\$ 137,70
25	Caneta esferográfica azul: ponta média 1,0 mm com esfera de tungstênio, corpo hexagonal transparente em poliestireno, ponteira em latão, furo lateral, tampa e plug azuis, tampa ventilada conforme padrão ISO 11540. Embalagem com 50 unidades.	BIC Cristal ou equiv.	Caixa	161	637468	R\$ 40,05	R\$ 6.447,25
26	Caneta esferográfica preta: ponta média 1,0 mm com esfera de tungstênio, corpo hexagonal transparente em poliestireno, ponteira em latão, furo lateral, tampa e plug pretos, tampa ventilada conforme padrão ISO 11540. Embalagem com 50 unidades.	BIC Cristal ou equiv.	Caixa	20	432816	R\$ 41,63	R\$ 832,50
27	Caneta esferográfica vermelha: ponta média 1,0 mm com esfera de tungstênio, corpo hexagonal transparente em poliestireno, ponteira em latão, furo lateral, tampa e plug vermelhos, tampa ventilada conforme padrão ISO 11540. Embalagem com 50 unidades.	BIC Cristal ou equiv.	Caixa	15	432229	R\$ 39,35	R\$ 590,18
28	Lápis preto nº 02: graduação HB, corpo sextavado em madeira de reflorestamento (100% certificada), sem borracha. Fornecido em caixa com 144 unidades, contendo identificação do fabricante, graduação, quantidade e lote.	Faber-Castell ou equiv.	Caixa	10	610407	R\$ 71,05	R\$ 710,45

Divisão de Planejamento das Contratações

29	Borracha branca: retangular, fórmula isenta de PVC, atóxica, com capa protetora.	Faber-Castell ou equiv.	Unidade	200	486054	R\$ 0,58	R\$ 115,00
30	Corretivo líquido 18ml: à base de água, atóxico, frasco com 18ml.	Mercur ou equiv.	Unidade	24	292776	R\$ 2,38	R\$ 57,00
31	Cola líquida 90g: branca, atóxica, lavável, à base de água, frasco com 90g.	Tenaz ou equiv.	Unidade	200	622132	R\$ 2,89	R\$ 577,00
32	Adesivo instantâneo à base de cianoacrilato (supercola): adequado para vários materiais, resistente à água, frasco com 20g.	Loctite Super Bonder ou equiv.	Unidade	30	437773	R\$ 9,40	R\$ 281,85
33	Pincel marcador de texto: ponta chanfrada de feltro 4mm, cores variadas fluorescentes, tinta à base de água, lavável. Validade mínima de 12 meses. Embalagem com 12 unidades.	Faber-Castell Grifpen ou equiv.	Unidade	55	486374	R\$ 26,29	R\$ 1.445,68
34	Pincel permanente: ponta chanfrada indeformável, cores azul e preta (fornecer em quantidades iguais por cor), tinta à base de álcool, uso em papel, cartolina e papelão. Validade mínima de 12 meses.	Pilot Pincel Atômico ou equiv.	Unidade	203	396418	R\$ 3,61	R\$ 731,82
35	Pincel para quadro branco (dry erase): ponta redonda de 3mm, cor preta, tinta à base de álcool de fácil remoção sem deixar resíduos na superfície.	Pilot Board Master ou equiv.	Unidade	54	447944	R\$ 4,54	R\$ 245,16
36	Apagador para quadro branco: corpo em material plástico resistente, base revestida em feltro ou espuma especial para remoção de tinta dry erase sem danificar a superfície. Comprimento aproximado de 13 a 15 cm. Produto reutilizável.	Tilibra ou equiv.	Unidade	17	636825	R\$ 7,83	R\$ 133,11
37	Caneta marcadora fina para preenchimento de crachá: marcador de ponta fina (0,5 mm a 1 mm), tinta permanente à base de álcool, adequada para escrita legível em superfícies plastificadas. Fornecida em unidades, contendo identificação do fabricante, cor e lote.	Pilot ou equiv.	Unidade	40	316520	R\$ 6,55	R\$ 262,00

Divisão de Planejamento das Contratações

38	Clip p/ papel n.º 2/0: em aço niquelado, caixa com 100 unidades.	Bacchi ou equiv.	Caixa	100	628797	R\$ 3,66	R\$ 365,50
39	Clip p/ papel n.º 4/0: em aço niquelado, caixa com 100 unidades.	Bacchi ou equiv.	Caixa	150	432336	R\$ 5,38	R\$ 806,25
40	Clip p/ papel n.º 6/0: em aço niquelado, caixa com 100 unidades.	Bacchi ou equiv.	Caixa	50	272378	R\$ 7,64	R\$ 381,75
41	Grampo cobreado p/ grampeador: tamanho 26/6, em aço cobreado. Caixa com 1.000 unidades.	Bacchi ou equiv.	Caixa	166	425226	R\$ 3,92	R\$ 650,72
42	Grampeador de mesa: compatível com grampos 24/6 e 26/6, capacidade para até 25 folhas, estrutura metálica, comprimento aproximado de 20 cm.	Cis 415 ou equiv.	Unidade	148	394527	R\$ 53,61	R\$ 7.934,28
43	Tachinha percevejo: latonado dourado, 11 x 10 mm. Embalagem com 100 peças.	Bacchi ou equiv.	Caixa	30	486497	R\$ 5,71	R\$ 171,30
44	Molha dedo: pasta para manuseio de papéis, não gordurosa, atóxica, frasco com 12g.	Waleu ou equiv.	Unidade	12	245461	R\$ 4,21	R\$ 50,52
45	Pasta L: formato A4, polipropileno transparente, espessura mínima de 0,15 mm, largura 220 mm, altura 310 mm, cores diversas.	Polibrás ou equiv.	Unidade	700	625277	R\$ 0,95	R\$ 661,50
46	Pasta aba elástica: polipropileno, tipo com abas e elástico, tamanho ofício, sem lombo, largura 232 mm, altura 332 mm, cores diversas.	Polibrás ou equiv.	Unidade	432	631103	R\$ 2,95	R\$ 1.272,24
47	Pasta AZ lombo largo: pasta arquivo tipo registradora (alavanca), lombo largo (75 mm), formato ofício, cor azul, bordas em inox.	Plastiké ou equiv.	Unidade	50	625646	R\$ 24,90	R\$ 1.245,00
48	Livro protocolo de correspondência: capa dura, folhas numeradas, 104 folhas, formato aproximado 154 x 216 mm.	Tilibra ou equiv.	Unidade	20	483473	R\$ 18,34	R\$ 366,70
49	Livro Ata 100 folhas: capa dura, sem margem, costurado, tamanho aproximado 210 x 300 mm, folhas numeradas.	Tilibra ou equiv.	Unidade	40	483474	R\$ 20,88	R\$ 835,00
50	Fita adesiva transparente: largura 48mm x 100m, filme de polipropileno biorientado (BOPP) com adesivo acrílico, resistência ao alongamento 190%,	3M Scotch ou equiv.	Unidade	376	633967	R\$ 7,47	R\$ 2.808,72

Divisão de Planejamento das Contratações

	resistência à temperatura 80°C, resistência à tração 90N/25mm.						
51	Fita adesiva opaca: cor marrom, largura 48mm x 100m, filme de polipropileno biorientado tratado (BOPP), alta adesividade para empacotamento.	Adelbras ou equiv.	Unidade	100	626117	R\$ 7,91	R\$ 791,00
52	Fita dupla face: fita de alta adesão, tipo espuma acrílica, 19mm x 20m, cor transparente.	3M VHB ou equiv.	Unidade	40	389443	R\$ 79,07	R\$ 3.162,60
53	Fita dupla face extra forte: fita adesiva dupla face de alta resistência (suporta até 5 kg), largura 24mm x comprimento 2m por rolo. Indicada para fixação de materiais em eventos e montagens institucionais. Fornecida em rolos, contendo identificação do fabricante, dimensões e lote.	3M ou equiv.	Rolo	10	463241	R\$ 29,76	R\$ 294,55
54	Fita crepe: papel crepado com adesivo à base de borracha e resinas, boa aderência e fácil remoção sem deixar resíduos. Largura 48mm, comprimento mínimo 50m por rolo. Cor bege ou branca. Indicada para uso geral em escritório, fixação temporária e mascaramento em pintura.	Scotch ou equiv.	Rolo	40	461799	R\$ 12,75	R\$ 509,80
55	Fita de cetim azul 7mm: poliéster, cor azul, largura 7mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.	-	Rolo	08	608141	R\$ 26,05	R\$ 208,40
56	Fita de cetim rosa 7mm: poliéster, cor rosa, largura 7mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.	-	Rolo	08	608141	R\$ 27,61	R\$ 220,84
57	Fita de cetim amarela 7mm: poliéster, cor amarela, largura 7mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.	-	Rolo	08	608141	R\$ 24,91	R\$ 199,24
58	Fita de cetim branca 7mm: poliéster, cor branca, largura 7mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.	-	Rolo	08	608141	R\$ 24,12	R\$ 192,96
59	Fita de cetim azul 22mm: poliéster, cor azul, largura 22mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.	-	Rolo	10	632251	R\$ 30,88	R\$ 308,80

Divisão de Planejamento das Contratações

60	Fita de cetim rosa 22mm: poliéster, cor rosa, largura 22mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 100m por rolo.	-	Rolo	10	632251	R\$ 30,65	R\$ 306,45
61	Fita de cetim azul 38mm: poliéster, cor azul, largura 38mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 50m por rolo.	-	Rolo	10	632251	R\$ 42,99	R\$ 429,85
62	Fita de cetim rosa 38mm: poliéster, cor rosa, largura 38mm, acabamento acetinado em ambas as faces. Metragem mínima 50m por rolo.	-	Rolo	10	632251	R\$ 39,25	R\$ 392,50
63	Tecido tipo linho, cor azul royal: fibras naturais (linho) ou mistas, trama resistente, textura levemente rústica, gramatura mínima de 180 g/m². Largura padrão 1,40 m. Fornecido em metros lineares, com identificação do fabricante, composição, gramatura, metragem e lote.	-	Metro	10	223611	R\$ 79,77	R\$ 797,70
64	Tecido tipo linho, cor preta: fibras naturais (linho) ou mistas, trama resistente, textura levemente rústica, gramatura mínima de 180 g/m². Largura padrão 1,40 m.	-	Metro	10	223611	R\$ 76,36	R\$ 763,60
65	Tecido tipo linho, cor branca: fibras naturais (linho) ou mistas, trama resistente, textura levemente rústica, gramatura mínima de 180 g/m². Largura padrão 1,40 m.	-	Metro	10	223611	R\$ 76,36	R\$ 736,60
66	Caixa para presente: papel cartão ou papelão rígido com gramatura mínima de 300 g/m², acabamento laminado brilhante, modelo com tampa separada, dimensões padrão médio: 20 cm (comprimento) x 15 cm (largura) x 8 cm (altura). Bordas bem definidas e montagem firme. Fornecida em unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões, material.	-	Unidade	1.000	631014	R\$ 8,96	R\$ 8.960,00
67	Pistola aplicadora de cola quente: corpo em plástico resistente com isolamento térmico, bico metálico de precisão, gatilho anatômico e suporte de apoio. Alimentação bivolt (127/220V), potência 40W.	Tramontina ou equiv.	Unidade	02	340073	R\$ 37,25	R\$ 74,49

Divisão de Planejamento das Contratações

	Compatível exclusivamente com bastões de 11mm (grosso). Acompanha cabo elétrico.						
68	Bastão de cola quente: adesivo termoplástico, diâmetro 11mm (grosso), cor translúcida, não tóxico após solidificação. Boa aderência e secagem rápida para colagem de papel, madeira, tecido, plástico e materiais diversos. Fornecido em pacotes de 1kg, contendo identificação do fabricante, dimensões e lote.	-	Pacote	02	625374	R\$ 44,62	R\$ 89,24
69	Bloco autoadesivo tipo Post-it 38 x 50mm: papel autoadesivo reposicionável, adesivo de baixa aderência permitindo fixação temporária e remoção sem danificar superfícies. Embalagem com 4 blocos de 50 folhas cada. Cores variadas neon. Contendo identificação do fabricante, dimensões, quantidade e lote.	Post-it 3M ou equiv.	Pacote	260	381304	R\$ 11,79	R\$ 3.065,40
70	Bloco autoadesivo tipo Post-it 76 x 75mm: papel autoadesivo reposicionável, adesivo de baixa aderência. Mínimo de 90 folhas por bloco. Cores variadas. Contendo identificação do fabricante, dimensões, quantidade e lote.	Post-it 3M ou equiv.	Pacote	350	370653	R\$ 15,74	R\$ 5.509,00
71	Etiqueta adesiva para crachá 100 x 40mm: autoadesiva, em papel ou poliéster, com boa aderência. Superfície adequada para impressão em jato de tinta ou laser e para escrita manual. Fornecida em rolo com etiquetas destacáveis, contendo identificação do fabricante, dimensões, quantidade e lote.	-	Rolo	20	400586	R\$ 41,18	R\$ 823,60
72	Régua: poliestireno cristal (transparente), comprimento 30cm, espessura mínima de 2mm, graduada em centímetros e milímetros.	Waleu ou equiv.	Unidade	300	607725	R\$ 2,56	R\$ 768,00
73	Tesoura média: comprimento 21cm, lâminas em aço inoxidável, cabo anatômico em polipropileno.	Tramontina ou equiv.	Unidade	130	477123	R\$ 12,33	R\$ 1.602,90
74	Estilete grande: lâmina 18mm, trava de segurança e cabo em plástico resistente, lâmina substituível.	Olfa ou equiv.	Unidade	215	622133	R\$ 9,55	R\$ 2.053,25

Divisão de Planejamento das Contratações

75	Papel para flip chart: bloco de papel sulfite ou offset, gramatura mínima de 75 g/m², dimensões aproximadas de 64 x 88cm, com microserrilha ou furos na parte superior para encaixe em suporte. Mínimo de 50 folhas por bloco.	Tamoio ou equiv..	Unidade	50	622725	R\$ 47,99	R\$ 2.399,25
76	Pilha alcalina AA: tamanho pequena (AA), tensão nominal 1,5V, não recarregável. Embalagem com cartela de 4 unidades.	Duracell ou equiv.	Unidade	116	419859	R\$ 11,57	R\$ 1.342,12
77	Pilha alcalina AAA: tamanho palito (AAA), tensão nominal 1,5V, não recarregável. Embalagem com cartela de 4 unidades.	Duracell ou equiv.	Unidade	216	419860	R\$ 12,58	R\$ 2.717,28
78	Copo descartável biodegradável: capacidade 180ml, material biodegradável conforme normas ambientais vigentes. Fornecido em pacotes com 100 unidades, caixa com 25 pacotes.	Copobras ou equiv.	Caixa	102	625310	R\$ 147,52	R\$ 15.047,04
79	Copo descartável para café: capacidade 50ml, poliestireno (PS), cor branca, atóxico, resistente a líquidos quentes, borda reforçada. Fabricado conforme normas sanitárias ANVISA. Fornecido em caixas com 5.000 unidades (50 pacotes de 100 unidades cada).	Copobras ou equiv.	Caixa	02	629999	R\$ 142,71	R\$ 285,42
80	Limpa telas: solução para higienização de monitores, televisores, notebooks, tablets e smartphones. Não abrasivo, isento de álcool etílico agressivo, amônia e substâncias corrosivas, não inflamável, secagem rápida. Frasco spray com 120ml, acompanha flanela de microfibra. Seguro para telas LCD, LED e OLED. Embalagem contendo identificação do fabricante, composição, instruções de uso, validade e lote.	Reliza ou equiv.	Unidade	18	616603	R\$ 16,70	R\$ 300,51
81	Pasta para evento/capacitação com impressão do logo TCE/AP: pasta em papel kraft ou cartão resistente, frente e verso lisos, dimensões aproximadas de 320 x 243 mm (formato compatível com papel A4), com impressão policromia do logo institucional do TCE/AP na face frontal. Modelo	Impressão gráfica	Unidade	3.800	424884	R\$ 3,78	R\$ 14.364,00

Divisão de Planejamento das Contratações

	convenção sem lombo, com elástico ou aba de fechamento. Acabamento resistente ao manuseio intenso durante eventos. Fornecida em unidades, contendo identificação do fabricante, dimensões e lote.						
82	Bloco de anotações com impressão do logo TCE/AP: bloco em papel sulfite 75 g/m ² , formato aproximado A5 (148 x 210 mm), mínimo de 50 folhas, com capa em papel cartão 300 g/m ² e impressão do logo institucional do TCE/AP na capa frontal.	Impressão gráfica	Unidade	3.600	622709	R\$ 7,87	R\$ 28.314,00
83	Crachá de identificação com impressão do logo TCE/AP: crachá em PVC rígido ou papel plastificado, dimensões aproximadas de 86 x 54 mm (padrão cartão), com impressão do logo institucional TCE/AP, campo para nome e setor. Acompanha cordão ou presilha para fixação.	Gráfica / Crachá	Unidade	3.600	631076	R\$ 3,53	R\$ 12.708,00
84	Camisa institucional com logo TCE/AP: camisa polo ou camiseta em malha 100% algodão ou misto (mínimo 50% algodão), com bordado ou impressão serigráfica do logo institucional TCE/AP. Disponível nos tamanhos P, M, G, GG e XG. Cores e modelo a definir conforme identidade visual institucional vigente.	Confecção	Unidade	100	614860	R\$ 68,06	R\$ 6.806,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 198.592,22	

Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE - **WILSON JOSE DIAS MALCHER - 04/05/2026 11:03:53**

Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE - **simone aparecida zanatta - 04/05/2026 10:53:55**

Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE - **NAIARA BETANIA VASQUES VIANA - 04/05/2026 10:51:54**

Para validar essa(s) assinatura(s) acesse <http://validador.tce.ap.gov.br> e insira o código - 04812C53301F96DB955970A5CA4136F1



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO AMAPÁ**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XXX/2026-TCE/AP

PROCESSO ELETRÔNICO N. TC/014427/2025-TCE/AP

PREGÃO, na forma ELETRÔNICA-SRP N. XXX/2026-TCE/AP

VALIDADE: 12 (doze) meses

HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP: Art. 3º, incisos I e III do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

O Tribunal de Contas do Estado do Amapá-TCE/AP, inscrito no CNPJ n. 34.870.246/0001-36, com sede na Avenida FAB, 900, Centro, na cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP. 68.906-922, site: www.tce.ap.gov.br, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado por seu Presidente, **Conselheiro XXXXXXXXXXXX**, considerando a homologação da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA n. XXX/2026-TCE/AP, em XX/XX/2026, constantes nos autos do Processo Eletrônico n. TC/014427/2025-TCE/AP, **RESOLVE:** registrar os preços da empresa indicada e qualificada na Ata de Registro de Preços nº XXX/2026-TCE/AP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar Estadual n.º 108/2018, Decreto Federal n.º 8.538/2015, Decreto Estadual n.º 1.715/2023, Decreto Estadual n.º 1.716/2023, e nas Resoluções Executivas do TCE/AP, disponível para acesso no endereço eletrônico: <https://www.tce.ap.gov.br/normas-e-legislacoes> e, subsidiariamente, no que couber, pela Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), legislação correlata e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, compreendendo 84 (oitenta e quatro) itens, sendo 80 (oitenta) materiais de expediente e escritório (papel, canetas, envelopes, pastas, entre outros) e 4 (quatro) itens de materiais gráficos personalizados (pastas, blocos, crachás e camisas institucionais), conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a proceder às contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a compra pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. (Art.15 do Decreto Estadual n.º 1.716/2023 c/c o art. 83 da Lei n.º 14.133/21).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CATMAT	V. UNIT.	V. TOTAL
VALOR TOTAL (R\$)						

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:

1º Classificada – Empresa detentora da ARP		
Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO AMAPÁ**

Telefone:	
Endereço Eletrônico:	
Representante:	
RG n.º/Órgão Expedidor/UF:	CPF n.º:

2.3. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta ATA pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o **Cadastro Reserva**, consoante os incisos I e III, §2º do art.13 do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

2.4. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta ATA pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE REGISTRADA	VALOR EXPRESSO EM R\$	
				UNITÁRIO	TOTAL

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ, que exercerá suas atribuições por intermédio da Coordenadoria de Compras e Contratos.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. Para Órgão Gerenciador realizar manifestação sobre a possibilidade de adesão, os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços deverão encaminhar solicitação através do **Portal de Compras do Governo Federal Compras.gov.br**, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. Número do pregão eletrônico, número da ata de registro de preços, especificação técnica do item na ARP, marca, modelo, fabricante, quantidade solicitada, valor unitário e valor total da solicitação.

4.2.2. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de fornecimento.

4.2.3. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.4. Aceitação prévia do fornecedor beneficiário da ata de registro de preços.

4.2.5. Caberá ao fornecedor observar as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor:

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na

qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Da renovação de quantitativos na prorrogação:

4.7.1. Por ocasião da eventual prorrogação da vigência da presente Ata de Registro de Preços, é admitida a renovação dos quantitativos originalmente registrados para novo ciclo anual, mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

4.7.1.1. Comprovação documentada de que o preço registrado permanece vantajoso em relação ao mercado, mediante pesquisa de preços atualizada;

4.7.1.2. Justificativa técnica da real necessidade do quantitativo renovado, com demonstração de que ele corresponde à expectativa de consumo para o novo ciclo anual;

4.7.1.3. Formalização por termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência original da Ata de Registro de Preços, antes de seu termo final;

4.7.1.4. Consentimento formal do fornecedor beneficiário da ARP;

4.7.1.5. Observância do limite máximo de 2 (dois) anos de vigência total da ARP (prazo original + prorrogação), vedada qualquer renovação além desse horizonte.

4.7.2. O quantitativo renovado fica limitado ao quantitativo originalmente registrado para o ciclo anual, sendo vedada a acumulação do saldo não consumido do período original com o quantitativo renovado para o período prorrogado.

4.7.3. A renovação de quantitativos, nos termos deste item, não se confunde com o acréscimo vedado pelo art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/2023, por representar atualização do horizonte de planejamento para o segundo período de vigência, coerente com a natureza anual do Sistema de Registro de Preços.

4.8. Dos limites para as adesões:

4.8.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8.3. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.8.4. A adesão de que trata esta seção fica condicionada à prévia consulta e anuência expressa do Órgão Gerenciador (TCE-AP), que poderá indeferir o pedido caso a adesão comprometa a execução do objeto para os órgãos participantes ou verifique a inexistência de saldo disponível, respeitados os limites estabelecidos nos itens acima.

4.9. Vedação a acréscimo de quantitativos:

4.9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.7.2.2. Mantiverem sua proposta original;
- 5.7.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.8. O registro a que se refere o item 5.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.2.2, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.10.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.10.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.12. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.13. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.14. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.10, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.7.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores

remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso:

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.9.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Estadual n.º 1.716/2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. O Órgão Gerenciador, além dos incisos consignados no art. 5º do Decreto Estadual n.º 1.716/2023, obriga-se a:

9.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços - ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da Ata, o preço, e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

9.1.2. Observar para que, durante a vigência da presente ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

9.1.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ATA;

9.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ARP.

10. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

10.1. Cabe aos órgãos e as entidades participantes, além dos incisos consignados no art. 6º do Decreto

Estadual n.º 1.716/2023, o que se segue:

- 10.1.1. Deverão tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços – ARP, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições;
- 10.1.2. Designar o gestor do contrato, a quem compete zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, inclusive pela solicitação de aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, aos fornecedores;
- 10.1.3. Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação dos beneficiários, os quantitativos disponíveis e os preços a serem praticados;
- 10.1.4. Informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no edital e firmadas na Ata de Registro de Preços - ARP, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para **fornecimento dos materiais** e;
- 10.1.5. Aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

- 11.1. A Adjudicada detentora da ARP, além das disposições contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, obriga-se a:
 - 11.1.1. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes;
 - 11.1.2. Indicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto, por intermédio de ofício endereçado a Coordenadoria de Compras e Contratos, nas ocasiões em que houver a substituição daquele anteriormente indicado na proposta definitiva de preços (Anexo II do Edital);
 - 11.1.3. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não do fornecimento dos materiais a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a Ata, conforme item 4.1.
 - 11.1.4. A recusa injustificada da detentora em atender à solicitação de fornecimento formalizada pelo órgão gerenciador ou por órgão participante, dentro dos quantitativos e condições registrados nesta Ata, caracteriza inexecução parcial do ajuste e ensejará, após regular processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa:
 - 11.1.4.1. A aplicação das sanções previstas no edital e na legislação vigente, especialmente aquelas estabelecidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados à Administração;
 - 11.1.4.2. O cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 8.1.1 desta Ata, com convocação imediata dos integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento nas condições originalmente registradas;
 - 11.1.4.3. Na hipótese de o cadastro de reserva não suprir a demanda, o órgão gerenciador adotará as medidas necessárias à obtenção do objeto por outro meio legalmente admitido, podendo imputar à detentora inadimplente os eventuais custos adicionais decorrentes da contratação emergencial, devidamente apurados e documentados nos autos.
 - 11.1.4.4. Não se considera recusa injustificada a impossibilidade de fornecimento decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comunicada ao órgão gerenciador no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do fato, acompanhada de documentação comprobatória, sob pena de não ser reconhecida a excludente.

12. DAS PENALIDADES

- 12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, § 2º, do Decreto n. 1.716, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, inc. V, do Decreto n. 1.716, de 2023).

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. DA PUBLICIDADE

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o extrato do presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, e publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AP, nos termos da Resolução Executiva n. 106/2023–TCE/AP.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta ATA, o Edital do Pregão Eletrônico n. xx/2026-TCE/AP e as propostas, com preços, quantidades, especificações técnicas e marca/modelo;

14.2. As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

14.3. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da comarca de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.4. Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

14.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente administrativo.

14.6. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente administrativo, serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

14.7. Para firmeza e validade do pactuado, a presente ATA foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

14.8. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva nº 108/2023–TCE/AP.

Macapá-AP, xx de xxxxxx de 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO AMAPÁ Conselheiro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Presidente do TCE/AP <i>(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)</i>	CONTRATADA CNPJ n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxx CPF n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Representante Legal
---	--

RESPONSÁVEIS:

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva n. 108/2023 - TCE/AP, o Termo de Referência será assinado pela unidade requisitante Coordenadoria de Cerimonial e Comunicação, Divisão de planejamento das Contratações e pelo Secretário

de Administração.

Elaborado por:

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA
Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE-AP
(Assinado Eletronicamente pelo e -TCE)

De acordo:

SIMONE APARECIDA ZANATTA
Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE-AP
(Assinado Eletronicamente pelo e -TCE)

SETOR DE CONTRATAÇÕES – TCE/AP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

JUNTADO:

Termo de Referência - Equipe de elaboração:

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA

Assessora da Divisão de Planejamento das Contratações (assinatura eletrônica
pelo sistema e-TCE)

SIMONE APARECIDA ZANATTA

Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

Elaboração Edital

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA

(assinatura eletrônica pelo sistema compras.gov)

Agente de Contratação:

Juliano de Andrade Araújo

Agente de Contratação / Pregoeiro-TCE/AP